



Relatório Anual 2019

Justiça,
Presente



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Relatório Anual 2019

Justiça,
Presente



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

CNJ

Presidente: Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça: Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros

André Luis Guimarães Godinho

Candice Lavocat Galvão

Emmanoel Pereira

Francisco Luciano de Azevedo Frota

Henrique de Almeida Ávila

Ivana Farina Navarrete Pena

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Maria Tereza Uille Gomes

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Valtércio Ronaldo de Oliveira

Secretário-Geral: Carlos Vieira von Adamek

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica: Richard Pae Kim

Diretor-Geral: Johaness Eck

Supervisor DMF/CNJ: Conselheiro Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador DMF/CNJ: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juiz Auxiliar da Presidência: Carlos Gustavo Vianna Direito

Juiz Auxiliar da Presidência: Antonio Carlos de Castro Neves Tavares

Diretor Executivo DMF/CNJ: Victor Martins Pimenta

Chefe de Gabinete DMF/CNJ: Ricardo de Lins e Horta

PNUD BRASIL

Representante-Residente: Katyna Argueta

Representante-Residente Adjunto: Carlos Arboleda

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

DEPEN

Diretor-Geral: Fabiano Bordignon

Diretor de Políticas Penitenciárias: Sandro Abel

UNODC

Representante Interino e Coordenador da Unidade Estado de Direito:

Nívio Nascimento

RELATÓRIO JUSTIÇA PRESENTE – 1 ANO

Elaboração: Comunicação Justiça Presente

Responsável: Débora Zampier

Apoio: Iuri de Castro Tôrres

Projeto gráfico: Sense Design & Comunicação

Revisão: Orientse

APRESENTAÇÃO

O sistema prisional e o sistema socioeducativo do Brasil sempre foram marcados por problemas estruturais graves, reforçados por responsabilidades difusas e pela ausência de iniciativas articuladas nacionalmente fundadas em evidências e boas práticas. Esse cenário começou a mudar em janeiro de 2019, quando o Conselho Nacional de Justiça passou a liderar um dos programas mais ambiciosos já lançados no país para a construção de alternativas possíveis à cultura do encarceramento, o Justiça Presente.

Trata-se de um esforço interinstitucional inédito, com alcance sem precedentes, que só se tornou possível graças à parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na execução das atividades em escala nacional. O programa conta, ainda, com o importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional.

Este relatório destaca os principais avanços obtidos no primeiro ano do programa, sintetizando sua incidência abrangente em todo o ciclo penal e socioeducativo de forma simultânea. As próximas páginas evidenciam os resultados de uma estratégia inovadora, que parte de um plano nacional de ação enquanto trabalha soluções customizadas à realidade de cada unidade da federação, desenvolvidas em estreita parceria com os atores locais.

É animador perceber o potencial de transformação de um trabalho realizado de forma colaborativa, que busca incidir nas causas ao invés de insistir nas mesmas e conhecidas consequências, sofridas de forma ainda mais intensa pelas classes mais vulneráveis. Quando a mais alta corte do país entende que pelo menos 800 mil brasileiros vivem em um estado de coisas que opera à margem da nossa Constituição, não nos resta outro caminho senão agir.

Boa leitura

Ministro Dias Toffoli
Presidente do Supremo Tribunal Federal
e do Conselho Nacional de Justiça

SUMÁRIO

Parte 1

Sobre o programa	5
-------------------------	----------

Parte 2

Resultados em campo	27
----------------------------	-----------

Parte 3

Institucional	67
----------------------	-----------

Anexos	74
---------------	-----------

Anexo 1 - Glossário de termos do programa	75
---	----

Anexo 2 - Mapa mental do programa	79
-----------------------------------	----

Anexo 3 - Ficha técnica Justiça Presente	87
--	----



Parte 1

SOBRE O PROGRAMA

INTRODUÇÃO

As condições de cumprimento de penas e de medidas socioeducativas no Brasil estão em conflito direto com princípios e garantias básicas estabelecidas na Constituição e em diferentes tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Assim, pessoas que um dia retornarão ao convívio social são marcadas por vulnerabilidades agravadas pela privação de liberdade, contribuindo para o atual quadro de violência e da sensação de insegurança no país.

O programa Justiça Presente foi criado como resposta a esse desafio a partir dos esforços conjuntos entre Conselho Nacional de

Assinatura de acordo entre CNJ e PNUD em novembro de 2018, que deu origem ao Justiça Presente



Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Iniciado em janeiro de 2019, completa seu primeiro ano com progressos visíveis graças ao engajamento inédito entre poder público e sociedade civil em diferentes esferas da federação. As ações partem da premissa de que é possível obter melhorias no sistema penal e socioeducativo com responsabilização em meios adequados, maior eficiência na gestão com o apoio da tecnologia e atenção às pessoas egressas para garantir direitos e fomentar a quebra do ciclo criminal.

O Justiça Presente busca superar o modelo historicamente difundido no Brasil, que entende a privação de liberdade como único fim possível a quem comete um delito. Esse entendimento aplicado de forma irrestrita resultou no crescimento desordenado de nossas prisões e na precarização de nosso sistema socioeducativo, com impactos diretos na expansão do crime organizado e consequente agravamento do quadro da segurança pública.

Também sente o Poder Público, que vê seu orçamento cada vez mais comprometido para a manutenção de um sistema inchado com demandas para custeio e investimentos que dificilmente resolverão o déficit considerando o ritmo atual de encarceramento. São recursos públicos finitos que poderiam ser investidos em políticas sociais com capacidade de prevenção, ou mesmo na formação de um sistema de responsabilização mais eficiente.

O Justiça Presente espera contribuir para que os temas discutidos no programa sejam tratados cada vez mais como qualquer outra política pública, privilegiando evidências, parâmetros e boas práticas na construção de soluções mais racionais e efetivas. Espera, ainda, fomentar estruturas de diálogo e articulação permanentes entre os atores envolvidos, garantindo a solidez e a sustentabilidade das transformações necessárias ao sistema penal e socioeducativo.

O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO é voltado à responsabilização de adolescentes entre 12 a 18 anos (excepcionalmente até os 21 anos), com foco na garantia de direitos, contribuindo para sua emancipação e autonomia.

PARCEIROS



CNJ Conselho Nacional de Justiça

Implementa as ações do Justiça Presente em âmbito nacional, articula com atores locais e garante a estrutura para a continuidade dos resultados alcançados.



PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Coopera tecnicamente com a implementação do Justiça Presente, coordenando a equipe responsável pelo planejamento, desenvolvimento de estudos e metodologias, bem como pela implantação das ações em nível nacional e estadual.



Depen Departamento Penitenciário Nacional

Ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, acordou ações específicas e repassou recursos necessários, contribuindo para a execução do programa

APOIO



associação para
a prevenção
da tortura



JUSTIÇA PRESENTE E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



O Justiça Presente está alinhado de forma mais direta ao Objetivo 16 (Paz Justiça e Instituições Eficazes), especificamente quanto às seguintes metas:

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

Dado o caráter abrangente do programa, que tangencia diversos temas relativos a pessoas e desenvolvimento, também há interface das atividades com metas dos objetivos 1 (Erradicação da pobreza), 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero) 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das desigualdades), e 17 (Parcerias e meios de implementação).



SIGLAS

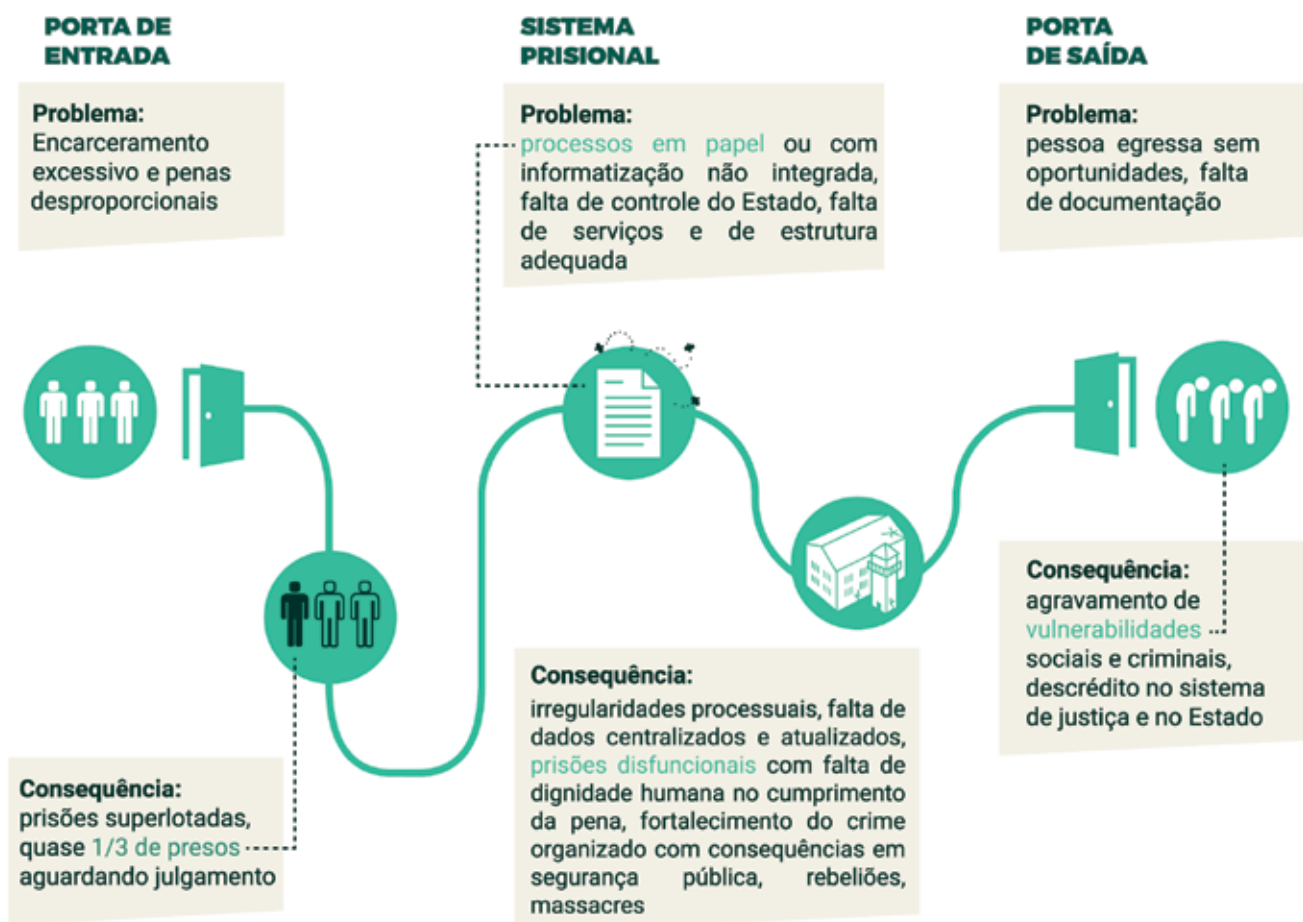
Arpen	Associação dos Registradores de Pessoas Naturais
BNMP 2.0	Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (CNJ)
CIAP	Central Integrada de Alternativas Penais
CNACL	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNJ)
CNIUS	Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNJ)
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CME	Central de Monitoração Eletrônica
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DMF	Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (CNJ)
EAD	Ensino à distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GMF	Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública do Executivo Federal
NAI	Núcleo de Atendimento Integrado
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
OSC	Organização da sociedade civil
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEEU	Sistema Eletrônico de Execução Unificado
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SISDEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SISTAC	Sistema Audiências de Custódia (CNJ)
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO EXECUTIVO

O programa Justiça Presente busca superar desafios instalados em todo o ciclo penal, desde o momento da apreensão até o fim da responsabilização, passando por soluções de gestão com o apoio da tecnologia e fomento às boas práticas. Também incide em problemas estruturais do sistema socioeducativo, que demanda ações diferenciadas para o enfrentamento de desafios próprios.

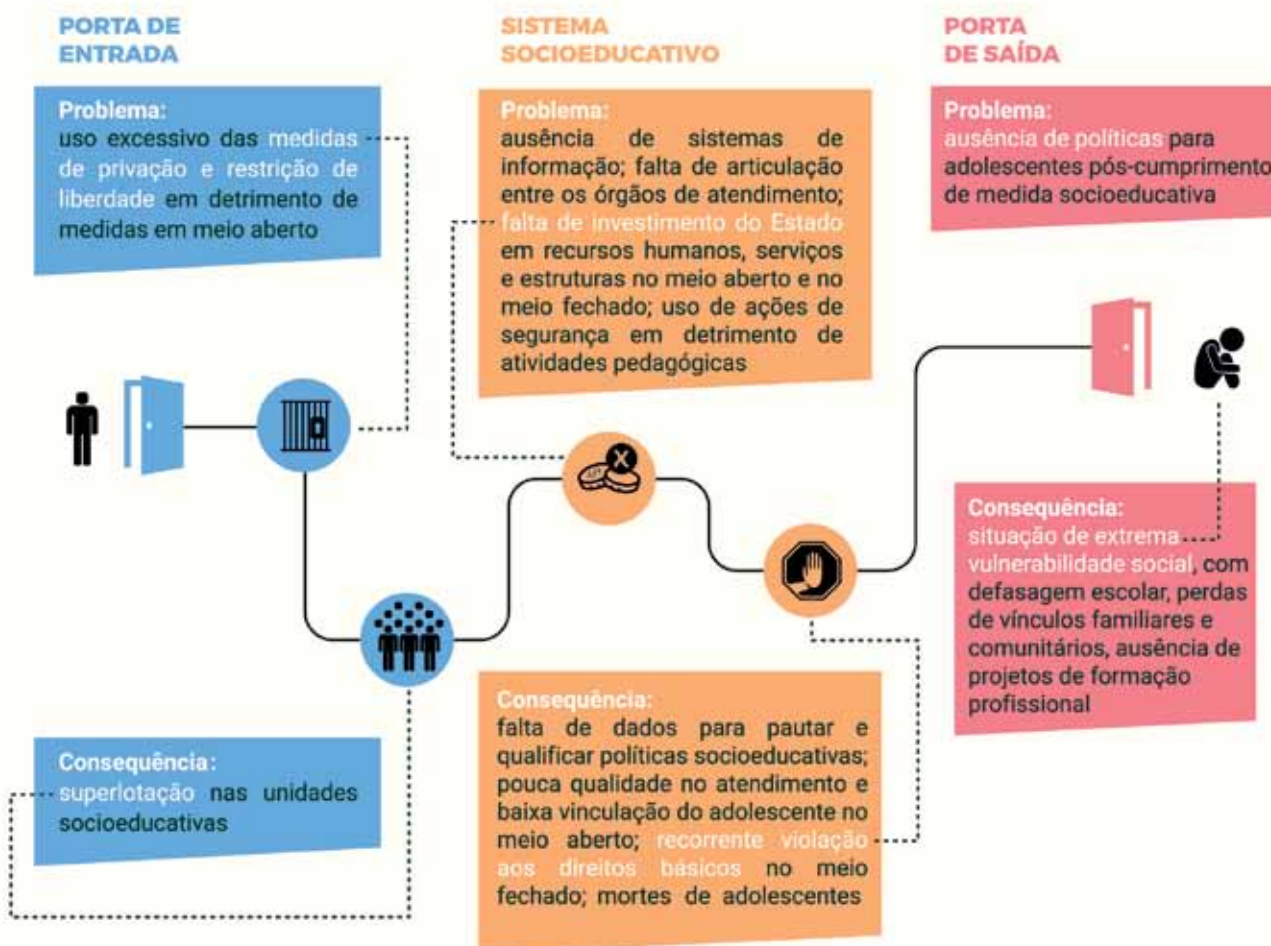
SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

PROBLEMAS E CONSEQUÊNCIAS



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

PROBLEMAS E CONSEQUÊNCIAS



Possui foco de incidência no Judiciário, mas também trabalha em estreita colaboração com os demais poderes e com a sociedade civil considerando a natureza interinstitucional que caracteriza o funcionamento do sistema penal e do socioeducativo. O objetivo é contribuir com aporte técnico e fomentar articulação entre atores das diferentes esferas da federação para a construção conjunta de produtos, estruturas e serviços.

Um dos efeitos do necessário envolvimento de atores múltiplos para a implementação e sustentabilidade do programa é a constante revisão de atividades a partir de ciclos curtos de avaliação para adaptação a novos cenários, oportunidades e demandas.

O programa não envolve repasse de recursos financeiros às unidades da federação, desenvolvendo suas atividades no campo do apoio técnico, doação de insumos e articulação institucional.

INCIDÊNCIA

O programa implementa 19 iniciativas de forma simultânea que consideram todo o ciclo penal e socioeducativo, o que inclui ações para porta de entrada, responsabilização e porta de saída.

Entre seus principais diferenciais, estão o diálogo contínuo com os atores locais e o desenho de planos executivos adaptados às necessidades das unidades da federação que partem do plano nacional de ação. A maior evidência de que o programa prioriza a construção de soluções conjuntas é a alocação de 27 coordenadores estaduais e 27 consultores em audiência de custódia em todas as unidades da federação.

O Justiça presente também se diferencia por fortalecer ações exitosas de diferentes gestões e por buscar resultados visíveis no curto e médio prazo. Trabalha, ainda, em arranjos que permitam a sustentabilidade das ações e a replicação de boas práticas.



Justiça Presente aposta no diálogo com atores locais para a construção de soluções customizadas de forma colaborativa



A difusão de conhecimento a atores em rede é uma das estratégias para garantir sustentabilidade das ações do programa

INCIDÊNCIAS DO JUSTIÇA PRESENTE SISTEMA PRISIONAL



PORTA DE ENTRADA

Qualificação e
efetividade da
porta de entrada

Responsabilização
inteligente



SISTEMA PRISIONAL

Gestão informatizada da
execução penal e integrações

Melhoria de dados

Monitoramento da
custódia prisional



PORTA DE SAÍDA

Inserção
socioeconômica
das pessoas egressas

Atenção especializada
às pessoas egressas

INCIDÊNCIAS DO JUSTIÇA PRESENTE SISTEMA SOCIOEDUCATIVO



PORTA DE ENTRADA

Qualificação e
efetividade da
porta de entrada:
Central de Vagas e NAIs



SOCIOEDUCATIVO

Qualificação de dados:
Aprimoramento da base
de dados do CNAEL e
nova versão do CNIUS
disseminada nas 27 UFs



PORTA DE SAÍDA

Qualificação na Porta
de Saída: Audiências
concentradas; Metodologia
de acompanhamento pós
internação fortalecida.

Aumento de oferta de
serviços de escolarização e
educação profissional



METAS DO JUSTIÇA PRESENTE¹

- > Processos de execução penal 100% informatizados, com otimização do acompanhamento das penas e melhoria em produção de dados
- > Pessoas privadas de liberdade e em cumprimento de medidas com documentos emitidos e identificadas
- > Número de presos provisórios reduzido
- > Medidas em meio aberto qualificadas
- > Superlotação reduzida no sistema prisional e socioeducativo
- > Serviços para pessoas privadas de liberdade otimizados, incluindo ofertas de educação e formação profissional
- > Atenção otimizada a pré-egressos e egressos, assim como adolescentes pós-cumprimento de medidas

¹As transformações necessárias no sistema penal e socioeducativo envolvem cenários complexos e avaliações de longo prazo. Todas as ações do programa partem de evidências, normatizações e boas práticas para trabalhar pela redução das prisões provisórias, inserção social das pessoas egressas, qualidade da gestão dos sistemas e da prestação de serviços do Judiciário e do Executivo.

O PROGRAMA TEM QUATRO TIPOS PRINCIPAIS DE ENTREGAS



PRODUTOS / ESTRUTURAS / SERVIÇOS

criados ou aperfeiçoados a partir do programa, com incidência direta nas atividades relacionadas ao sistema penal e ao socioeducativo. Em alguns casos, será possível aferir transformações em gestão e/ou na ponta.



CAPACITAÇÕES E EVENTOS

voltados a diferentes públicos, para disseminação de conhecimento, mobilização de redes ou articulação de propostas.



PRODUTOS DE CONHECIMENTO

sistematização de conhecimento produzido ao longo do programa para apoiar ações transformativas.

São considerados PRODUTOS DE CONHECIMENTO aqueles que ficarão disponíveis ao público. O programa, no entanto, também trabalha em uma série de documentos internos que estão subsidiando o planejamento de ações e processos de tomada de decisão.



NORMATIZAÇÃO

aprovação ou proposição de normas com potencial de promover mudanças necessárias em ambos os sistemas.

PRINCIPAIS RESULTADOS - JUSTIÇA PRESENTE 2019

Total entregas:
251



*O gráfico de entregas será atualizado conforme adaptações no programa.

SEEU em 28 tribunais,
com 926,5 mil processos em tramitação.



Aumento de
121,6%
em processos no SEEU desde o início das atividades do programa

Integração com sistemas de reconhecimento e recursais em andamento; integração com BNMP 2.0 concluída

Tecnologias desenvolvidas para migração: alcance de 810,1 mil processos em oito tribunais

Documentos e identificação

Acordo com TSE
soluções em tecnologia e banco de dados único para coleta biométrica



Identificação na porta de entrada
processo para aquisição de 4,3 mil kits de coleta biométrica

Acordo Arpen
fluxo permanente para emissão de documentos para acesso às políticas de cidadania

Identificação do passivo
missões para integração de dados em 13 unidades da federação e discussão de metodologias para coleta em 14 unidades da federação

7 Escritórios Sociais

lançados em 6 unidades da federação – RR, PB, AL, PI, RJ (Niterói e Maricá) e BA – potencial de 4,2 mil atendimentos por mês.

Protótipo do
Escritório Social Virtual
apresentado – público potencial de ao menos 300 mil pessoas egressas por ano²

²Número de novos egressos por ano, segundo Depen (2017).

Fortalecimento das audiências de custódia em 13 unidades da federação

atendimento por equipes psicossociais, melhoria do espaço arquitetônico, redução no uso de algemas, incidência com recorte racial, novos fluxos, insumos aos custodiados, articulação interinstitucional, formação



Novo **mutirão carcerário eletrônico** – metodologia do CNJ atualizada com experiência no Espírito Santo

Novo painel público de consulta do SISTAC

e melhoria no preenchimento

Fortalecimento de políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica

em 5 unidades da federação com R\$ 9,5 milhões em convênios federais já facilitados e outras induções para fomentar novas Centrais de Alternativas Penais e contratação de equipes multidisciplinares

Socioeducativo



ações iniciadas envolvendo núcleos de atendimento integrado, centrais de vagas, justiça restaurativa, audiências concentradas e saneamento/aprimoramento do CNACL e CNIUS



815

matérias publicadas sobre o programa

3

resoluções aprovadas
(SEEU, alternativas penais, indígenas)

5.759

pessoas capacitadas em diferentes ações do programa

4 eventos

nacionais presenciais organizados, com 260 participantes

18

produtos de conhecimento produzidos ou em produção



ESTRUTURA DO PROGRAMA

Para atuar em todas as fases do ciclo penal e do socioeducativo, a equipe do Justiça Presente se estruturou em quatro eixos de ação.



O planejamento geral do programa foi definido a partir dos compromissos firmados entre o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, assim como nos acordos envolvendo o Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Conforme o programa avança, novos parceiros e novas atividades são agregados e processos são refinados com foco em resultados de excelência.

AÇÕES ESTRATÉGICAS REALIZADAS EM 2019

Reuniões com representantes dos
27 tribunais de justiça
para discussão das situações locais
fevereiro de 2019

Criação de
27 planos executivos
adaptados à realidade de cada
unidade da federação
fevereiro/março de 2019

Reunião com TJCE na sede do CNJ
para tratar do Justiça Presente



G. Dettmar/Agência CNJ

Missão ao TJRJ para alinhamento de ações do programa



Luiz Henrique Vincent TJRJ

27 missões

de apresentação do
programa às unidades da
federação, com pactuação
entre autoridades locais,
discussão dos planos
executivos e ambientação
dos coordenadores
estaduais. Foram
eventos de três dias que
mobilizaram toda
a equipe
março a junho de 2019

Contratação e capacitação nacional de
27 coordenadores
alocados a todas as unidades da
federação para articulação das
atividades a nível local
março a junho de 2019

Encontro para capacitação dos
coordenadores estaduais, em Brasília



Débora Zampier/Agência CNJ

Acordo com UNODC

para execução das atividades sobre audiências de custódia, com a contratação e capacitação de 27 consultores alocados em cada unidade da federação
maio a julho de 2019



Início das fases 2 e 3

do programa, com a adição de novas atividades
julho e agosto de 2019

II Encontro Nacional dos GMFs

a segunda edição do evento envolveu a discussão de medidas para o fortalecimento dos GMFs nos tribunais, pactuação de novas atividades do Justiça Presente e a troca de experiências sobre a implantação das iniciativas executadas pelo programa até então
setembro de 2019

O ministro do STF Gilmar Mendes profere palestra no II Encontro Nacional dos GMFs



Acordo com Fórum Brasileiro de Segurança Pública

para execução das atividades de articulação com polícias, com ações previstas para 2020
novembro de 2019

Seleção de entidade para execução de atividades sobre práticas restaurativas

em 10 unidades da federação
- dezembro de 2019
(em homologação -
processo em andamento)

COMUNICAÇÃO

O programa Justiça Presente entende que a comunicação é ferramenta estratégica não apenas para comunicar as ações do programa, mas para construir novas narrativas sobre o sistema penal e socioeducativo com base em evidências e boas práticas.

Essas narrativas devem facilitar a articulação de atores em escala nacional e local, a implementação das atividades do programa e a sustentabilidade das ações.

A comunicação ainda tem envolvimento direto em diversas entregas previstas no programa, como campanhas, produção de informativos, vídeos, produtos de conhecimento e identidade visual.

MOBILIZAÇÃO

> Capacitação e **engajamento das comunicações dos 27 tribunais de justiça** para a produção de conteúdo local sobre as atividades do programa.

MATÉRIAS PUBLICADAS SOBRE O PROGRAMA



95

matérias
próprias

220

matérias
de tribunais

454

matérias de
parceiros e mídia



65

demandas
de imprensa
atendidas

DESTAQUES

TENDÊNCIAS / DEBATES

Justiça, presente!

Sistema eletrônico alivia os gargalos do ciclo penal

Dias Toffoli

Procurador do Supremo Tribunal Federal e ex-advogado geral do Brasil (2007-2010), advogado Lúcio

A maturidade institucional que se consolidou no Brasil já não admite experimentos na justiça. Queremos um Estado presente e soluções para nossos problemas com o melhor custo-benefício. Nisso o tema penal, por exemplo, precisa ser modernizado: seus problemas estruturais, sem corrigidos, agravam o quadro de insegurança pública e demandam intervenções escarmentadas e sistêmicas não de uma, mas de várias gestões.

A massa carcerária do país triplicou nos últimos 10 anos. É a terceira maior do mundo! O encarceramento tem cumprido seu propósito? Desprezando recursos e corrente de transição, o sistema acaba por agravar problemas que deveria resolver. Responsável por determinar prisões e acompanhar o cumprimento das penas, o Judiciário pouco interfere sobre os meios de ressocialização das pessoas privadas de liberdade no país. Muitos chegam ao sistema carcerário sem documentação ou com documentação pouco confiável. Poucos sabem também sobre os mais de 1,6 milhão de processos de execução penal em tramitação. Além do enorme passivo em custo físico, os sete sistemas informatizados criados por diferentes tribunais pouco dialogam entre si e sobre arquivos ou atas da justiça que os operam.

um curso de formação.

A identificação biométrica, por sua vez, confere confiabilidade e segurança à gestão de dados sobre as pessoas privadas de liberdade. Esse controle deve facilitar, inclusive, a monitoração da reincidência, um dado, até hoje, impagável no Brasil. Com a integração dos dados biométricos ao SEAJ, será possível traçar o perfil da população carcerária de forma mais minuciosa, com vistas à elaboração de políticas públicas mais eficazes.

As ações descritas acima integram o programa Justiça Presente, que chega agora a todas as unidades da federação. O programa é resultado de acordo de cooperação firmado entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com o suporte dos recursos repassados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O programa, estruturado em três pilares, leva em consideração todos os gargalos do ciclo penal e aponta ao amplo envolvimento de atores do poder público e da sociedade civil. O desafio é fortalecer instituições e órgãos locais para garantir a adoção e a sustentabilidade das iniciativas, as quais são essenciais para a transformação da realidade penal a longo prazo.

O Judiciário está ciente de sua responsabilidade para reverter o estado de coisas institucionais das prisões brasileiras, tal qual apontado pelo Supremo Tribunal Federal em 2015 (ADI 3.477 MC/DF). A oportunidade para avançarmos em ações concretas foi dada. Precisamos garantir que a justiça seja não apenas um valor almejado, mas um valor presente na realidade de todos os brasileiros.



Artigo Justiça, Presente
Folha de S. Paulo, 14 de abril de 2019



Até dezembro processos criminais têm que ser digitalizados
Jornal Hoje, TV Globo, 4 de novembro de 2019

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Artigo: É preciso desidratar as facções criminosas

Juiz deve se sentir confortável e seguro em adotar medidas alternativas à prisão

Carlos Vitor Von Arnim, Carlos Gustavo Viana Diniz, Luis Garcia Lantini e Miroslav de Silva Alexandre

21/05/2019 - 02:30

Artigo É preciso desidratar as facções criminosas
O Globo, 31 de maio de 2019



Como resolver o problema da população carcerária no Brasil?
GloboNews Política, 3 de maio de 2019

MÔNICA BERGAMO

CATÁLOGO GERAL

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) assinam nesta quinta-feira (27) acordo para fazer a coleta biométrica de toda a população carcerária do Brasil.

CATÁLOGO 3: O objetivo é conhecer, enfim, quem são as pessoas sob custódia do Estado — até hoje, não há dados confiáveis sobre todas elas.

NADA NO BOLSO: A biometria deve ajudar também na emissão de documentos que identifiquem os presos, como RG e CPF. Boa parte deles não tem nenhum documento.

CNJ e TSE vão fazer coleta biométrica de toda a população carcerária
Coluna Mônica Bergamo, Folha de S. Paulo, 27 de junho de 2019



Cooperação entre o STF e o GDF ajudará na ressocialização de presos
Coluna Eixo Capital, Correio Braziliense, 12 de julho de 2019

» **Na escuta...** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fechou parceria inédita com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública para ouvir instituições policiais (civil, militar e também científica) sobre diversos temas que afligem a categoria, entre eles, por exemplo, as audiências de custódias.

80% dos presos brasileiros não têm documentos
Segundo o ministro Dias Toffoli, presidente do Conselho Nacional de Justiça, calcula-se que 797 mil presos não têm documentos básicos para a cidadania, como RG e CPF. **METRÓPOLE / PÁG. A11**

'Na escuta...': Nota sobre início do acordo entre Justiça Presente e FBSP
Coluna do Estadão, 30 de novembro de 2019

80% dos presos não têm documentos, aponta CNJ
O Estado de São Paulo, 22 de julho de 2019

GRÁVIDAS QUE PODERIAM ESTAR EM CASA PERMANECEM NA CADEIA



Grávidas e mães de crianças pequenas poderiam estar em casa, mas permanecem na cadeia
O Globo, 12 de maio de 2019



"Nosso sistema prisional já não admite inércia"
Revista Justiça e Cidadania, 6 de agosto de 2019



Especial Justiça Presente
TV Justiça, 31 de julho de 2019

Relatos de maus-tratos ou tortura só aparecem em 5% das audiências de custódia
O Globo, 14 de julho de 2019



Parte 2

RESULTADOS EM CAMPO

PORTA DE ENTRADA



PRODUTOS / ESTRUTURAS / SERVIÇOS

Audiências de custódia



Instituídas pelo CNJ em 2015, com pelo menos 600 mil audiências realizadas nas 27 unidades da federação, as audiências de custódia foram uma das maiores inovações recentes no campo de Justiça criminal ao determinar a apresentação imediata do preso em flagrante ao juiz. O Justiça Presente trabalha para fortalecer e qualificar o instituto.

Resultados em campo:

Melhoria do espaço arquitetônico: AC, AP

Insumos aos custodiados:
MS (kit lanche)

Redução no uso de algemas:
CE, DF, PR

Incidência em raça: PR e DF
(autodeclaração do custodiado)



Articulação interinstitucional:
MG, RJ, MA e RN (criação de GT sobre proteção social);
PB (criação de GT sobre proteção social; parcerias com Comitê e Mecanismo Antitortura)



Após incidência do programa, audiência de custódia do TJMS passou a ter equipe de atendimento psicossocial

EQUIPES PSICOSSOCIAIS

A atuação de equipes psicossociais antes das audiências de custódia é importante para avaliar condições de vulnerabilidade. A partir de um relatório, o juiz pode ter mais elementos para tomar uma decisão adequada ao caso concreto.

A presença de equipes pós-audiências apoia a pessoa que vai cumprir medidas cautelares para que não as descumpra, garantindo maior efetividade da decisão.

- > **MA e MS:** instalação de equipe de atendimento prévio na capital
- > **PR:** instalação de equipe com atendimento prévio na capital, melhorando serviço que existia anteriormente
- > **MT:** instalação de equipe psicossocial para atendimento pós-custódia na capital, em apoio às alternativas penais (complementar ao serviço já existente de atendimento anterior à audiência de custódia)
- > **PB:** convênio com UEPB para atendimento psicossocial
- > **RJ e PA:** expansão do número de profissionais de atendimento psicossocial

SISTAC: melhorias no sistema criado pelo CNJ em 2015, assim como a qualificação do preenchimento pelos tribunais a partir de fluxos e necessidades observadas em dinâmicas em cada unidade da federação.



Painel público com dados atualizados do SISTAC

- > **Novo painel público** de acesso a dados mensais e desagregados do SISTAC (dados não eram atualizados desde 2017)
- > **Adesão ao SISTAC** ou melhoria na alimentação do sistema: AM, MS, SC, RJ
- > Campos do SISTAC que se tornaram **obrigatórios**:
 - encaminhamentos para rede psicossocial;
 - intervalo de tempo até apresentação em juízo;
 - se foram decretadas cautelares e quais foram elas;
 - se a audiência foi realizada em dia útil ou em regime de plantão;
 - raça/cor;
 - se mulher é gestante ou lactante e se tem filho com menos de 11 anos de idade
- > Campo do SISTAC **alterado**:
 - Tipo de crime: deixa de ser de preenchimento livre e passa a ter uma lista de opções no próprio sistema
- > Campo no SISTAC **criado**:
 - Situação de moradia da pessoa custodiada

Monitoração eletrônica

O programa identificou possibilidade de atuação em 16 unidades da federação, com ação conjunta com o Depen para desobstrução de R\$ 29,2 milhões em convênios firmados com o Governo Federal para ampliação da política nacional de monitoração eletrônica. Estima-se que o Brasil tenha mais de 50 mil pessoas em monitoração eletrônica, mas não há dados atualizados sobre a política. O Justiça Presente espera incidir nesse quadro com a integração de sistemas informatizados na área penal.

A partir dos convênios federais, é possível desenvolver uma **POLÍTICA DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA** que inclui a contratação de equipes multidisciplinares, a criação de Centrais de Monitoração Eletrônica e a contratação de empresas para realização da monitoração.

- > **Rondônia** - desobstrução de R\$ 1,1 milhão em convênio federal em ação conjunta com o Depen para implantação de Central de Monitoração Eletrônica com equipe contratada, que deverá ser capacitada pelo programa.
- > Em 2020 será utilizada a **metodologia de incidência** do Justiça Presente nos convênios a serem priorizados com o Depen, replicando o modelo usado nos convênios de alternativas penais.
- > Apoio técnico nos processos de contratação de **equipes multidisciplinares** para os serviços de monitoração eletrônica em AL, CE, DF, MA, PE, RR, RN, RO, SC e SE.
- > **Apoio para implementação** de Acordos de Cooperação Técnica, envolvendo Poder Judiciário, Poder Executivo, Defensoria Pública, Ministérios Públicos e demais atores relacionados aos serviços de monitoração eletrônica em DF, AL, AM, CE, PB, PE, RS, RO, SE e TO.

Alternativas penais

A existência de uma CENTRAL, assim como a de equipes multidisciplinares, qualifica o acompanhamento das medidas de alternativas penais, garantindo a efetividade da decisão judicial e a responsabilização adequada.

O programa identificou possibilidade de atuação em 16 unidades da federação, com ação conjunta com o Depen para desobstrução de R\$ 40,3 milhões em convênios firmados com o Governo Federal para fortalecer a política nacional de alternativas penais, o que inclui a inauguração de Centrais Integradas de Alternativas Penais e contratação de equipes multidisciplinares. Não há estimativa sobre o número de pessoas em alternativas penais, uma vez que é um dado difuso entre diferentes instituições. O Justiça Presente espera incidir nesse quadro com a integração de sistemas informatizados na área penal.

- > **Sergipe**, convênio no valor de R\$ 2, 1 milhão para implantação da CIAP – previsão de inauguração em fevereiro de 2020.
- > **Rondônia**, convênio no valor de R\$ 1, 5 milhão, para implantação da CIAP – previsão de inauguração no primeiro semestre de 2020.
- > **São Paulo**, convênio no valor de R\$ 3,3 milhões, para implantação de CIAPs em 23 municípios do Estado.
- > **Distrito Federal**, convênio no valor de R\$ 2, 6 milhões, para implantação da CIAP
- > **Mato Grosso**, apesar de o estado não ter convênio federal firmado com o Depen, atuação do Justiça Presente junto ao Tribunal de Justiça resultou no acordo para implantação de uma central para acompanhamento às medidas cautelares.
- > Criação de **GT de Alternativas Penais**: MT, PB, RS
- > Informatização: contratada consultoria para desenvolver o Módulo de Alternativas Penais para o SEEU visando à criação do **Sistema Nacional de Informações das Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica**

Central de vagas

A taxa de ocupação nos presídios brasileiros é de 171,6%, e a série histórica de dados indica que não há tendência de solução para esse cenário no curto e médio prazo. A partir de propostas desenvolvidas com sucesso em outros países, o Justiça Presente trabalha em metodologia que resulte em uma ocupação prisional taxativa de um preso por vaga. A metodologia deve ser aplicada em uma experiência piloto.

- > Metodologia de ocupação taxativa do sistema prisional desenvolvida pelo Justiça Presente apresentada ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo, (previamente ao mutirão carcerário no estado em setembro de 2019); e ao Consej, em outubro de 2019
- > Mapeamento de unidades da federação para implantação de projeto piloto em 2020

Justiça restaurativa

A política penal brasileira atual tem foco majoritário na punibilidade do infrator, com pouca atenção às vítimas, à restauratividade dos danos e aos impactos gerados nas trajetórias de todos os envolvidos. A partir de experiências já em curso no país, o programa Justiça Presente busca ampliar e fortalecer núcleos de justiça restaurativa nos tribunais de justiça para atuarem no sistema de justiça criminal, socioeducativo e sistema penitenciário, por meio de atividades de articulação, aplicação e sistematização de práticas restaurativas.

- > Processo seletivo em andamento para executar as atividades do projeto de justiça restaurativa em 10 unidades da federação a serem selecionadas a partir de janeiro de 2020.



CAPACITAÇÕES E EVENTOS

Audiências de custódia

- > Evento 'Altos Estudos em Audiências de Custódia', com magistrados e ministros de cortes superiores, no Supremo Tribunal Federal – junho de 2019, 50 participantes das 27 unidades da federação
- > Capacitação dos consultores em audiência de custódia – junho de 2019, 27 participantes que foram alocados a cada unidade da federação



Ministros Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski, do STF, prestigiam o evento



Altos Estudos sobre Audiência de Custódia reuniu autoridades e especialistas no STF



Magistrados e servidores do TJAP participam de webinar sobre SISTAC, que foi transmitido para todo o país



Justiça Presente realiza capacitação de equipe para atendimento psicossocial do TJRN

- > Webinar 'Audiências de Custódia: Por dentro do SISTAC' - setembro de 2019, 200 participantes dos 27 estados da federação
- > Capacitação de equipes psicossociais MA, MS e RN - outubro e novembro de 2019, 35 participantes

Alternativas penais

- > Webinar nacional para qualificação das Centrais Integradas de Alternativas Penais – julho de 2019 - 300 participantes dos 27 estados da federação
- > Capacitação no Piauí para as equipes psicossociais da Central Integrada de Alternativas Penais, Audiência de Custódia, Varas Criminais, Vara de Execução Penal – outubro de 2019, 35 técnicos capacitados



TJPB participa de webinar para fortalecimento das alternativas penais

Justiça Presente promove minicurso para área de alternativas penais no PI





PRODUTOS DE CONHECIMENTO

Audiências de custódia

- > Manual de parametrização jurídica no contexto da audiência de custódia – Em elaboração.
Previsão: maio de 2020
- > Manual de proteção social no contexto da audiência de custódia - Em elaboração. Previsão: março de 2020
- > Manual de prevenção e combate à tortura no contexto da audiência de custódia - Em elaboração.
Previsão: maio de 2020
- > Manual de segurança e arquitetura no contexto da audiência de custódia – Em elaboração.
Previsão: março de 2020

Monitoração eletrônica

- > Pesquisa nacional quantitativa e qualitativa sobre a monitoração eletrônica de pessoas em 10 UFs com CRISP/UFMG. Em andamento – previsão junho de 2020
- > Modelo de acordo de cooperação técnica padrão para qualificação dos serviços de monitoração eletrônica
- > Manual de Gestão para a Monitoração Eletrônica de Pessoas (Depen). Publicação em finalização. Previsão: janeiro de 2020

Alternativas penais

- > Manual de gestão de alternativas penais (Depen).
Publicação em dezembro de 2019.
- > Parecer técnico aos tribunais de justiça para fomento no Executivo de previsão orçamentária voltada à implementação da Política Nacional de Alternativas Penais e da Política de Atenção às Pessoas Egressas
- > Modelos de termos de referência para seleção de OSC para composição de equipe multidisciplinar de centrais de alternativas penais e de monitoração eletrônica



NORMATIZAÇÃO

- > Resolução CNJ 288/2019 - Define a política institucional do Poder Judiciário para a promoção da aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade.
- > Resolução CNJ 287/2019 - Estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário.

SISTEMA PRISIONAL



PRODUTOS / ESTRUTURAS / SERVIÇOS

Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)

960 mil

Processos
no SEEU

28

Tribunais
com SEEU
(estaduais, federais
e militares)

A partir de 2020, o Sistema Eletrônico de Execução Unificada será a única plataforma nacional para tramitação de mais de 1,5 milhão de processos de execução penal em todo o país. A partir de ferramentas de automação e integração com outros sistemas, o SEEU apoia os magistrados na gestão de processos e também será uma ferramenta importante para a obtenção e dados atualizados sobre o sistema penal.



Desde o início
do programa,
o número de
processos no SEEU
cresceu 121,6%

Implantado

Pactuado

Em pactuação



Data de corte para os dados: 2 de dezembro de 2019



OUTROS APOIOS

Alguns tribunais encontraram soluções próprias de pessoal para apoiá-los na adesão ao SEEU. Rondônia teve o apoio de apenas, Goiás contou com a contribuição do Exército e Mato Grosso e Distrito Federal trabalharam com estagiários da Defensoria Pública e do Ministério Público.

Força-tarefa do CNJ
inicia trabalho de
implantação do SEEU
no TJTO

66 missões realizadas

Metodologias de implantação customizadas à realidade de cada unidade de federação, com missões de pré-implantação, implantação e pós-implantação

Força tarefa de implantação

15 juízes de oito tribunais diferentes na equipe móvel (originários do PR, MG, MS, AP, TO, SC, ES e PI) e 132 servidores de nove tribunais requisitados pelo CNJ.



Voluntários UNV atuam na digitalização de processos do TJGO



Servidores do TJPA implantam processos no SEEU

156 voluntários

das Nações Unidas
contratados, com atuação
em RS, GO, RO, DF, BA e MT.

Melhorias

- > **Novas tecnologias** e infraestrutura
- > Uso de **assinatura em dois fatores** em substituição de certificados A3, com uso de celulares - em desenvolvimento 10%

Integração com

- a) **sistemas de conhecimento (MNI): 100%**
- b) **sistemas recursais**
 - b.1 - Ajuste nas telas do SEEU - 80%
 - b.2 - integração com PROJUDI 100% (TJPR)
 - b.3 - integração com PJe 40% (CNJ)
 - b.4 - integração com TUCUJURIS (TJAP) iniciado em dezembro de 2019
- c) **BNMP 2.0**
 - c.1 - 100% integrado para as necessidades do SEEU
 - c.2 - Busca automática de peças criadas por sistemas externos ou diretamente no SEEU: 30%
- d) **Migração:**
 - d.1 - capacidade do SEEU receber processos migrados : 100%
 - d.2 - capacidade do SEEU de processar peças em modo off-line (HDs): 100%
 - d.3 - capacidade do SEEU de reprocessar peças com erro (HDs): 60%
 - d.4 - ferramenta TJMS para exportar processos do SAJ: 100% (cadastro, extração e assinatura de peças e ações penais)

TJMS recebe representantes do CNJ e dos TJs do AC e AL para migração de processos



Secretaria de Comunicação/TJMS

- d.5 - ferramenta TJAC e TJAL para exportar processos do SAJ baseada no TJMS: 100% (cadastro, extração e assinatura de peças)
- d.6 - ferramenta CNJ para extração de dados multissistemas: (cadastro 100%, ações penais homologando, incidentes homologando). Sendo utilizada na migração do TJCE, posteriormente nas implantações dos tribunais TJRJ, TJSP, TJAM, TJSC
- d.7 - PROJUDI: estratégias de migração em definição
- e) Inclusão de campo no SEEU sobre **filhos e dependentes** 100%
- f) **Integração com entidades externas:**
 - f.1 - Ministério Público via MNI: 100%
 - f.2 - Defensoria Pública via MNI: 100%

Governança e transparência

- > **Atendimento de 340 demandas** e criação de Central de Atendimento em 5 níveis
- > **Comitê Técnico Gestor e Comitê Interinstitucional** desenhados (Resolução 280/2019)
- > Internalização de processos do Justiça Presente pela equipe de **TI do CNJ**
- > Meios de consulta à base de dados do SEEU aos TJs e TRFs disponibilizados
- > **Painel público** do SEEU em desenvolvimento
- > Disponibilização de **consulta à documentação** de usuário final e técnica sobre o SEEU (<https://docs.seeu.pje.jus.br>)



Identificação e Documentação

A falta de documentos é um dos principais entraves para que pessoas que terminaram de cumprir penas ou medidas socioeducativas tenham acesso à políticas de cidadania, como moradia, educação e saúde. O programa Justiça Presente trabalha para criar fluxos regulares de emissão de documentos a partir da identificação biométrica.

Identificação

- > **Acordo com TSE** para utilização de software de coleta, armazenamento dos dados biométricos e biográficos coletados e para verificação e certificação de individualização dos dados. Assinado em junho de 2019.



Ministros Dias Toffoli e Rosa Weber assinam acordo de cooperação entre CNJ e TSE para ações de identificação biométrica

- > Porta de entrada: **compra de 4,3 mil kits** de coleta biométrica a serem distribuídos para Justiça estadual e federal em cerca de 1.282 comarcas e às administrações prisionais em 27 unidades da federação – Em andamento

> Coleta do passivo:

- **12 missões** para integração dos bancos de dados de SP, RJ, DF, BA, SC, MS, GO, ES, PR, PE RS e CE. Realizadas entre agosto e novembro de 2019. Previsão de integração em 2020
- 60 entidades mobilizadas (Tribunais de Justiça, Seções Judiciárias Federais, Institutos de Identificação, Secretarias de Administração Penitenciária, Secretarias de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil)
- 420 pessoas envolvidas
- **5 missões** realizadas em novembro de 2019 com unidades da federação que **não coletam biometria** ou cujos bancos não podem ser integrados: MG, MT, TO, PA, RR, AP, RO, AM, AC, PB, MA, PI, AL, RN, SE. As missões promoveram articulação entre atores locais, ofereceram insumos técnicos e induziram planos de trabalho para coleta.
- 55 entidades mobilizadas (Tribunais de Justiça, Seções Judiciárias Federais, Institutos de Identificação, Secretarias de Administração Penitenciária e Secretarias de Justiça e de Segurança Pública)
- 180 pessoas envolvidas

Documentação

- > **Acordo de cooperação com Arpen** para emissão gratuita de documentação civil para pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional e socioeducativo. Assinado em agosto de 2019.

Reunião no TJRS, em outubro, detalhou integração de banco de dados biométricos



Reunião regional para ações de biometria no TJMG



Carlos Vieira von Adamek, secretário-geral do CNJ, e Arion Toledo, presidente da Arpen Brasil, celebram acordo

Políticas de Cidadania

Pessoas privadas de liberdade têm maior dificuldade de acesso à políticas de cidadania e de trabalho. Segundo informações coletadas no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, por exemplo, apenas 17,5% dos presos trabalham e 10,5% dos presos estudam. O Justiça Presente espera contribuir para estruturas normativas e organizacionais que incrementem essas políticas, bem como para implantar experiências de inovação com possibilidade de replicação em alta escala.

Parceria

UNINOVE (educação) - parceria em pactuação para oferta de cursos de profissionalização EAD intramuros voltados às mulheres privadas de liberdade do Estado de São Paulo (projeção: 30 vagas). Articulação para oferta de estágios e acompanhamento do público pelos técnicos das clínicas sociais. Expectativa de lançamento: primeiro semestre de 2020.



CAPACITAÇÕES E EVENTOS

SEEU

4.832

pessoas capacitadas,
antes e depois da força
tarefa de implantação



Encontro Nacional do SEEU reuniu representantes de diferentes instituições para debater o sistema

> Encontro Nacional do SEEU, Brasília – 27 e 28 de junho. Objetivo: fortalecer e informar sobre as atualizações e o aperfeiçoamento do SEEU à rede de usuários. 85 participantes de diferentes unidades da federação.



3

PRODUTOS DE CONHECIMENTO

SEEU

- > Cartilha de Implantação para Administradores
- > Manual dos usuários internos
- > Manual dos usuários externos
- > Guias e videoaulas: em fase final de editoração.
Produzidos em parceria com a Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná. As videoaulas serão parte de um curso EAD, disponibilizado pelo CNJ e com certificação conjunta das duas instituições.



4

NORMATIZAÇÃO

- > Resolução CNJ 280/2019 – estabelece diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros por intermédio do SEEU, com tramitação de processos obrigatória até o final de 2019, e dispõe sobre sua governança, com a criação de dois comitês.

PORTA DE SAÍDA



PRODUTOS / ESTRUTURAS / SERVIÇOS

Escritório Social

Fomentado desde 2016 pelo CNJ, a partir de modelo instituído no Espírito Santo, o Escritório Social é uma estrutura de apoio para pessoas que passaram por privação de liberdade e seus familiares, com possibilidade de encaminhamento para diversos serviços. O principal diferencial do Escritório Social é a gestão compartilhada entre poderes públicos, que pode resultar em diferentes arranjos envolvendo Judiciário, Executivo e Legislativo, com vistas à implantação de uma política nacional.

O presidente do CNJ, Dias Toffoli, assina termo para instalação do Escritório Social em Alagoas



> **Inauguração de sete novos Escritórios Sociais** em seis unidades da federação: RR, PB, AL, RJ, PI, BA, a partir de cinco modelagens propostas pelo Justiça Presente, que se adaptam à diferentes realidades locais. Expectativa de cinco novos Escritórios Sociais no início de 2020.

> Equipes mínimas de 6 a 8 profissionais em cada escritório e capacidade de **atendimento de 20 a 30 pessoas por dia em cada unidade da federação**.

> **Kit de equipamentos** disponibilizados pelo Justiça Presente a 10 unidades da federação para novos Escritórios Sociais: computador, mesa, cadeiras, longarinas, notebooks.

> **7 projetos** de diferentes unidades da federação contemplando a metodologia dos Escritórios Sociais aprovados no edital do Depen para financiamento de equipamentos destinados à população egressa – implantados a partir de 2020

Escritório Social Virtual

Aplicativo em desenvolvimento em parceria com a FAP-DF e UNB-DF . Primeira versão apresentada em dezembro de 2019.



Secretário-geral do CNJ, Carlos Vieira von Adamek discursa no lançamento do Escritório Social de Niterói, em novembro



Luís Geraldo Lanfredi (dir.), coordenador do DMF/CNJ, participa do lançamento do Escritório Social da PB, junto ao presidente do TJ, Márcio Murilo da Cunha Ramos (esq.), e o governador João Azevedo

FUNCIONALIDADES:

- (I) informações sobre a rede SUS e SUAS
- (II) acesso a cursos gratuitos disponíveis para população egressa (via parceria efetivada com a Króton)
- (III) informações sobre serviços do Escritório Social
- (IV) informações sobre vagas e políticas de trabalho
- (V) informações

Políticas de atenção às pessoas egressas

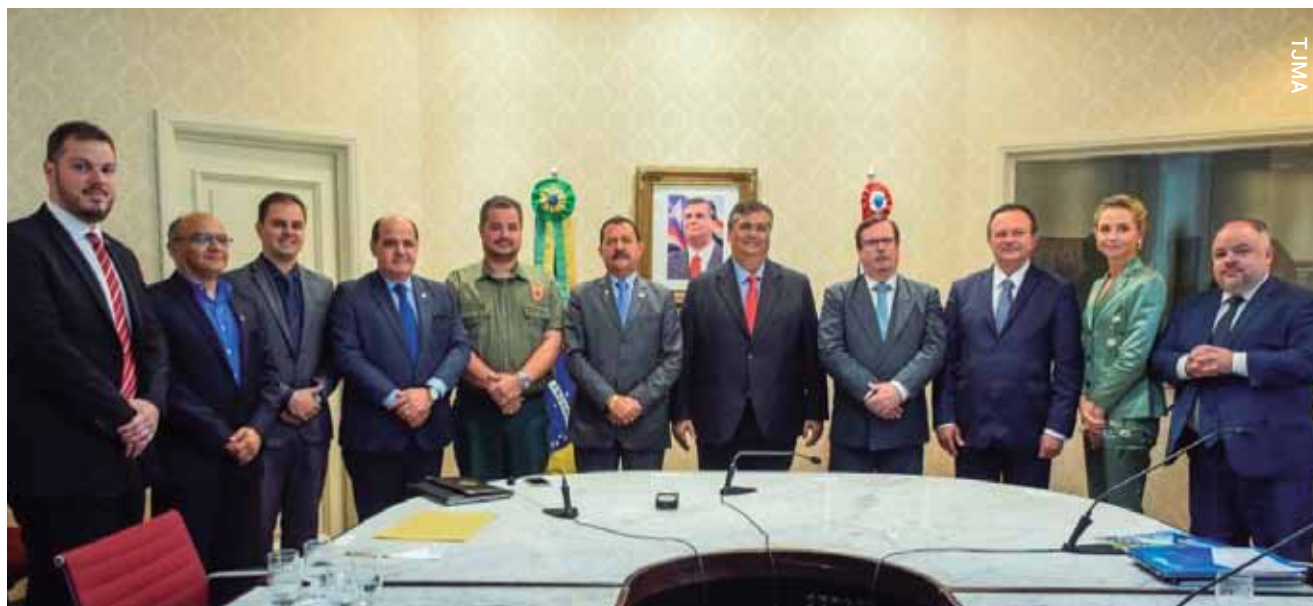
Pessoas egressas têm maior dificuldade de acesso à políticas de cidadania e garantia de direitos. Além da ausência de uma política de Estado nacional que atenda às necessidades desse público, há falta de serviços, de dados e de informações. O Justiça Presente espera contribuir para a disseminação e aprimoramento de serviços especializados e de parcerias, fomentando a implantação de uma política nacional que assegure o acesso à políticas públicas.

Parcerias

Grupo Kroton (educação) – o grupo apoiará as equipes de atendimento dos Escritórios Sociais por meio de seus Núcleos de Cidadania nas 27 unidades da federação, oferecendo assistência jurídica e assistência social e de saúde. Também está previsto oferecimento de cursos por meio do aplicativo do Escritório Social, e elaboração de EAD sobre políticas penais. Expectativa de assinatura: dezembro de 2019.

Humanitas360 (terceiro setor) – expansão do projeto desenvolvido em São Paulo para o Maranhão voltado à inserção produtiva de pessoas privadas de liberdade e pessoas egressas.

Lançamento do projeto de inserção produtiva da Humanitas360 no Maranhão com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, do governador do Estado, Flávio Dino, da presidente da ONG, Patricia Villela, e de representantes do CNJ e do Poder Executivo



Pacto Global da ONU (organismo internacional/setor privado): iniciadas tratativas para desenvolvimento de projeto destinado a 50 mulheres egressas em São Paulo 'Empoderando mulheres egressas'. Metodologia consiste em cursos de qualificação profissional e inserção no mercado formal de trabalho. Expectativa de lançamento: primeiro semestre de 2020.



CAPACITAÇÕES E EVENTOS

Escritório Social

- > **6 encontros regionais de formação em Escritórios Sociais** abrangendo as 27 unidades da federação para disseminar nacionalmente metodologias de trabalho criadas pelo Justiça Presente, mobilizando atores sociais relevantes que permitam alavancar a implantação de uma política nacional voltada aos egressos.
- > **Eventos fechados para 50 participantes cada** (300 participantes no total), entre convidados do Judiciário, do Executivo e da sociedade civil que trabalham ou irão trabalhar com atenção a egressos, assim como instituições de ensino



RR, AM, RO e AC
23 a 25 de outubro



PI, AP, CE, MA e PA
29 a 31 de outubro



DF, GO, MT,
MS e TO
18 a 20 de novembro



PB, AL, BA,
PE, RN, SE
6 a 8 de novembro



PR, SC, RS
9 a 11 de outubro

ES, SP, RJ e MG
16 a 18 de outubro



Em setembro, equipe do Justiça Presente foi em missão técnica ao Paraná para aperfeiçoamento de política de atenção a pessoas egressas



Pollyanna Alves/Agência CNU

Encontro com pessoas egressas do sistema prisional, em dezembro, para sistematização de metodologias para atendimento no Escritório Social

- > **Missões de assessoria técnica** em estruturas já existentes no ES (julho e agosto de 2019) e no PR (setembro 2019) sobre política de atenção à pessoas egressas, interseccionalmente com alternativas penais e pessoas em monitoração eletrônica. Participantes: 30 pessoas
- > **Encontro para validação dos instrumentos** das metodologias do Escritório Social, com sete pessoas egressas do sistema prisional. Dezembro de 2019



PRODUTOS DE CONHECIMENTO

- > Modelo de Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Depen). Lançamento em dezembro de 2019
- > Apostila de metodologia de singularização – Em elaboração. Lançamento em janeiro de 2020.
- > Apostila de metodologia de trabalho com pré-egressos – Em elaboração. Lançamento em janeiro de 2020
- > Manual do Escritório Social. Em elaboração. Lançamento em março de 2020

Two overlapping rounded squares, one slightly above and to the left of the other, both with thin white outlines.

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

O Justiça Presente começou
a trabalhar o socioeducativo
em agosto de 2019

PORTA DE ENTRADA



PRODUTOS / ESTRUTURAS / SERVIÇOS

NAIs

Previstos no ECA, os Núcleos de Atendimento Integrado são de responsabilidade do Sistema de Justiça e do Executivo e devem atender adolescentes autores de ato infracional de forma célere, integrada e com garantia de direitos. O Justiça Presente espera replicar experiências-modelo identificadas em outras partes do país.

- > Levantamentos e articulações iniciadas para acordos de cooperação entre o Sistema de Justiça e Executivos Estadual e Municipal para instalação de NAIs em 5 unidades da federação em 2020

Central de vagas

O SINASE determina que, quando não há vagas no sistema socioeducativo, os adolescentes autores de ato infracional devem ser encaminhados ao meio aberto via gestão de vagas realizada pelo Executivo. A partir de experiências existentes no país, o Justiça Presente espera expandir a boa prática a outras unidades da federação.

- > Proposta de metodologia elaborada. Expectativa de implantação em 5 UFs, com diretrizes para replicação nacional, em 2020

Justiça restaurativa

No Brasil, a responsabilização de adolescentes tem foco majoritário no autor de ato infracional, com pouca atenção às vítimas, à restauratividade dos danos e aos impactos gerados nas trajetórias dos envolvidos. A partir de experiências já em curso no país, o programa Justiça Presente busca ampliar e fortalecer Núcleos de Justiça Restaurativa nos Tribunais de Justiça para atuarem no socioeducativo por meio de atividades de articulação, aplicação e sistematização de práticas restaurativas.

- > Processo seletivo em andamento para seleção de instituição que executará as atividades do projeto de justiça restaurativa em 10 unidades da federação a serem selecionadas a partir de janeiro de 2020

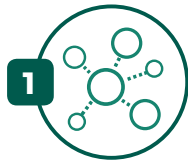


PRODUTOS DE CONHECIMENTO

- > Fluxo de Funcionamento do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI). Em elaboração. Previsão de lançamento no primeiro semestre de 2020



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO



PRODUTOS / ESTRUTURAS / SERVIÇOS

CNACL

Cadastro desenvolvido pelo CNJ em 2009 que reúne informações fornecidas pelas varas de todo o país sobre adolescentes em conflito com a lei. O cadastro registra dados e informações sobre os adolescentes e expede as guias para cumprimento da medida socioeducativa, mas não possui informações referentes à execução dessas medidas. O Justiça Presente trabalha para qualificar a ferramenta para que funcione como um sistema.

- > Mapeamento sobre estado da arte do CNACL e definição de plano estratégico para aprimoramento do cadastro realizados. Em 2020: saneamento do CNACL; avisos processuais; desenvolvimento de sistema com novas funcionalidades; divulgação de dados.

CNIUS

Instituído em 2009, o cadastro reúne informações sobre inspeções judiciais realizadas em unidades socioeducativas, mas não permite a extração de dados e apresenta poucas informações. O Justiça Presente trabalha para aprimorar a fiscalização e o uso da ferramenta, assim como qualificar a obtenção de dados.

- > Proposta de roteiro de inspeção elaborada. Iniciado aprimoramento do CNIUS a partir do novo roteiro.



PRODUTOS DE CONHECIMENTO

- > Manual para inspeção judicial em unidades socioeducativas. Em elaboração. Previsão de lançamento: primeiro semestre de 2020.

PORTA DE SAÍDA



PRODUTOS / ESTRUTURAS / SERVIÇOS

AUDIÊNCIA CONCENTRADA



Daniel D'Araújo/TJAM

Representantes do CNJ em missão ao TJAM para conhecer metodologia de audiências concentradas, em dezembro

Boa prática instituída em algumas unidades da federação em que juízes se reúnem de forma regular com adolescentes e familiares para realizar a avaliação judicial do cumprimento da medida, podendo determinar sua extinção. O Justiça Presente trabalha para levar o exemplo a outras partes do país.

- > Levantamentos e articulações iniciadas para implantação da metodologia em cinco unidades da federação em 2020

ACOMPANHAMENTO AO ADOLESCENTE PÓS-MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

O SINASE estabelece que o Poder Executivo deve oferecer políticas públicas de acompanhamento aos adolescentes egressos do socioeducativo, auxiliando a volta à comunidade após o cumprimento de medidas. O Justiça Presente está criando uma modelagem de programa que espera ver replicada em diferentes unidades da federação.

- > Mapeamento de programas de atendimento à adolescentes pós-cumprimento de medida realizado.



PRODUTOS DE CONHECIMENTO

- > Elaboração de modelo de Programa de Acompanhamento ao Adolescente Pós-Medida Socioeducativa. Em elaboração. Previsão de lançamento: primeiro semestre de 2020

MUTIRÃO CARCERÁRIO ELETRÔNICO

O Justiça Presente atualizou em experiência no Espírito Santo a metodologia adotada pelo CNJ desde 2008 para revisão de processos de execução penal com o objetivo de verificar benefícios ou progressões pendentes considerando a legislação e a jurisprudência. Período: setembro de 2019 até novembro de 2019 para ações específicas.

Novidades

- > **Uso do SEEU:** fim da revisão de processos em papel e de dificuldades em logística; possibilidade de filtragem de acordo com critérios específicos.
- > **Parceria entre diferentes atores** com atuação no campo da Justiça Penal: Tribunal de Justiça do Espírito Santo, programa Defensoria Sem Fronteiras e Defensoria Pública do Espírito Santo, Governo do Espírito Santo, Ministério Público do Espírito Santo.

Lançamento do Mutirão Carcerário Eletrônico, iniciativa inédita do CNJ, no Espírito Santo



- > **Soltura qualificada:** parceria entre o Executivo e 16 voluntários das Nações Unidas para potencializar o atendimento psicoassistencial aos egressos nas unidades prisionais e no Escritório Social.
- > **Fomento à consolidação de rede** permanente de acolhimento a egressos (poder público e sociedade civil).

ATUAÇÃO COM POLÍCIAS

Início de atividades com Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o objetivo de facilitar o diálogo entre o Poder Judiciário e o sistema de segurança pública, construindo procedimentos que ajudem a aperfeiçoar a relação interinstitucional e qualificando seu fluxo de trabalho.

- > As atividades a serem desenvolvidas em 2020 preveem o mapeamento de percepção de pelo menos 2500 profissionais de diferentes posições hierárquicas em 10 unidades da federação, o uso estratégico das informações coletadas para aproximação institucional, elaboração de documentos técnicos e campanhas de comunicação.



Reunião com Fórum Brasileiro de Segurança Pública marcou início da parceria para diálogo com polícias



Gil Ferreira/Agência CNJ

Diretor-geral do Depen, Fabiano Bordinon, na abertura do II Encontro Nacional dos GMFs



CAPACITAÇÕES E EVENTOS

II Encontro Nacional dos GMFs - a segunda edição do evento, promovida pelo Justiça Presente entre 26 e 27 de setembro de 2019 em continuação à primeira edição em 2015, envolveu a discussão de medidas para o fortalecimento dos GMFs, pactuação de novas atividades do Justiça Presente e a troca de experiências sobre a implantação das iniciativas executadas pelo programa até então. 118 participantes

Encontro Nacional dos GMFs reuniu representantes de todo o país para dois dias de debates e atividades



POPULAÇÕES ESPECÍFICAS

A população privada de liberdade é vulnerável e tem seus direitos constantemente ameaçados. Dentro deste grupo, as minorias enfrentam mais violações e, muitas vezes, são invisibilizadas e subrepresentadas. A partir desse quadro, o Justiça Presente apoia o CNJ em ações específicas voltadas às questões de raça e de gênero, além de ações de atenção para população LGBTI, indígenas e migrantes. Este entendimento perpassa todas as ações do programa, que busca atuar por meio de normativas, capacitações e ações afirmativas.

Raça – O olhar transversal sobre raça tem potencial de envolver diferentes setores e fomentar mudanças estruturais. Foram implementadas ações afirmativas na seleção dos consultores em audiência de custódia, e a discriminação racial é um dos temas dos protocolos e manuais para enfrentamento aos casos de tortura e maus tratos. Em relação à monitoração eletrônica, houve inclusão de tópicos relativos à questão racial em uma pesquisa que será realizada em 10 estados sobre o tema. Quesitos sobre raça e gênero foram incluídos nas metodologias de singularização e de mobilização de pré-egressos desenvolvidas pelo programa, assim como no formulário de atendimento nos Escritórios Sociais para identificação de necessidades específicas. O programa também prevê estratégias para internalização institucional de boas práticas, disseminação de conteúdo, identificação e sistematização de práticas sobre raça no Judiciário e mapeamento de ações afirmativas.

Gênero – As mulheres encarceradas são consideradas um grupo hipervulnerável, especialmente as grávidas, lactantes ou aquelas que são mães ou responsáveis por crianças de até 12 anos ou por pessoa com deficiência. O CNJ criou em 2017 o Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes, após *habeas corpus* coletivo no qual STF concedeu ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar para este público. O Justiça Presente incorporou em todas as suas modelagens questões ligadas a gênero, além de qualificar sistemas para inclusão de informações. O mutirão carcerário eletrônico, realizado no Espírito Santo, refletiu o *habeas corpus* de 143.641. As ações de inserção produtiva e qualificação profissional de pessoas egressas têm viés específico para mulheres, assim como as ações do Eixo 2, voltadas para o sistema socioeducativo. A pesquisa nacional sobre utilização de monitoração eletrônica tratará da questão da violência doméstica.



Módulo sobre vulnerabilidades em processo formativo para Escritório Social

Indígenas – Cerca de 1 milhão de pessoas em todo o território nacional compõem as populações indígenas brasileiras. As vulnerabilidades a que estão submetidas são específicas, abarcando problemas como ausência de dados, subnotificação causada por receio de retaliação, falta de compreensão dos atos processuais e ausência de regulamentação. Em outubro, o CNJ lançou manual com orientações a tribunais e magistrados para aplicação da Resolução n. 287/2019, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade. Entre os principais preceitos estão a autodeclaração para identificação como indígena, presença de intérprete, consulta prévia à comunidade para fixação de responsabilização e tratamento específico à mulher indígena. Desta forma, a justiça criminal garante o dever constitucional de respeito aos costumes, tradições e à organização social dos povos indígenas.

LGBTI – São várias as vulnerabilidades específicas da população LGBTI privada de liberdade, desde a definição do local de detenção até o direito à saúde. O direito à identidade também é uma preocupação, em questões como nome social e tratamento recebido de agentes do sistema penitenciário e de justiça. Com a contribuição do Justiça Presente, o CNJ formou grupo de trabalho voltado à temática, com participação de entidades como OAB, Defensoria Pública e Ministério Público. Também busca normatizar a regulamentação dos direitos desta população.

Migrantes – O CNJ, com o apoio do Justiça Presente, também atua para normatizar os direitos dos migrantes no âmbito da justiça criminal e do sistema penitenciário. Foram formados grupos de discussão para temas como o status migratório após o término da pena, a possibilidade de visita virtual, liberdade provisória e acesso à cópia integral autenticada do passaporte. Outra preocupação é a identificação da nacionalidade das pessoas, com cadastro atualizado de intérpretes e de consulados e embaixadas, e a formação de rede de assistência social para casos de migrantes em grande situação de vulnerabilidade.

PRÓXIMAS ATIVIDADES

Em 2020, além de dar continuidade às atividades já iniciadas que consistem na base para as próximas etapas do programa, o Justiça Presente irá trabalhar em:

- > **SEEU:** implantação em SP, AM, SC, RJ e TRF4. Desenvolvimento de módulos, como alternativas penais e monitoração eletrônica. Novos avanços em integração com sistemas, como SISTAC e SISDEPEN. Produção de dados qualificados sobre o sistema penal. Governança integralmente implantada para sustentabilidade das ações
- > **Documentação e identificação:** 4,3 mil kits distribuídos a poderes públicos locais para coleta biométrica na porta de entrada e no passivo, capacitação de profissionais para realizar a coleta, emissão de documentos segundo fluxo permanente estabelecido pelo programa
- > **Porta de entrada:** capacitações regionais a atores relevantes desenvolvidas a partir de produtos de conhecimento elaborados pelo programa. Formação de Rede de Altos Estudos em Audiências de Custódia. Contratação e/ou fortalecimento de estruturas e de equipes multidisciplinares. Realização do 3º Fórum Nacional de Alternativas Penais
- > **Gestão prisional:** propostas para parametrização de políticas públicas nas prisões
- > **Práticas restaurativas:** projeto em 10 unidades da federação (sistema penal e sistema de medidas socioeducativas)
- > **Ações com polícias:** produção de documentos técnicos, diálogo intersetorial e sensibilização de profissionais e da opinião pública



- > **Egressos:** inauguração de pelo menos 10 novos escritórios sociais e lançamento do aplicativo Escritório Social Virtual
- > **Convênios federais:** apoio para liberação de milhões para fortalecimento de políticas de alternativas penais e de monitoração eletrônica
- > **Central de vagas:** piloto implantado em pelo menos uma unidade da federação. Fomento à ampliação do instituto no sistema socioeducativo
- > **Ações para escolarização, profissionalização e inserção produtiva**
- > **Socioeducativo:** CNAEL estruturado e com novas funcionalidades para obtenção de dados; centrais de vagas em cinco unidades da federação; projeto piloto para audiências concentradas; fomento a NAs em cinco unidades da federação
- > **Sustentabilidade e difusão:** iniciativas para engajamento do Judiciário, e órgãos de participação e controle da sociedade civil. Divulgação de boas práticas, inclusão de conteúdo sobre temas do programa em escolas da magistratura e cursos de formação.
- > **Dados:** extração melhorada de forma permanente a partir da qualificação e integração de sistemas do CNJ.
- > **Novos produtos de conhecimento**
- > **Novas capacitações**
- > **Novas incidências normativas**
- > **Novas parcerias**



Parte 3

INSTITUCIONAL

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

O programa teve representação institucional nos eventos :

- > 13º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, João Pessoa/PB, 1º de agosto de 2019
- > “Regional Consultation for Latin American countries on the Universal Periodic Review and the 2030 Agenda”, Cidade do Panamá, Panamá, 22-23 de outubro de 2019
- > Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, da Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (CONSEJ), Curitiba/PR, 03 de novembro de 2019
- > IV Congresso Internacional de Direitos Humanos (CONIDH), Campina Grande/PB, 22 de novembro de 2019
- > Seminário Anual da Federação dos Conselhos da Comunidade (PR) – Londrina/PR, 21 e 22 de novembro de 2019
- > XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, Maceió/AL, 26 de novembro



Coordenador do DMF/CNJ e coordenadora-geral do Justiça Presente debateram agenda penal no 13º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Apresentação do Justiça Presente no CONSEJ, em Curitiba (PR)



Luís Geraldo Lanfredi, coordenador do DMF/CNJ, e Maria Tereza Uille, conselheira do CNJ, em evento sobre Agenda 2030 no Panamá

Luís Geraldo Lanfredi, coordenador DMF/CNJ, no Congresso Internacional de Direitos Humanos



E mais:

- > Audiência Pública com movimentos de pessoas egressas e familiares de pessoas presas, Maricá/RJ, 06 de maio de 2019
- > I Workshop Estadual de Alternativas Penais e Seminário Estadual em Alternativas Penais, Palmas/TO, 13 de setembro de 2019
- > Visita técnica ao Tribunal Superior de Justicia de la Ciudad de México. Apuração de espaço e procedimentos relacionados à audiência de custódia local, assim como as dependências e procedimentos da Central de Alternativas Penais, Cidade do México/México, 23 a 27 de setembro de 2019
- > Reunião Grupo de Trabalho do TJRS para alternativas penais e egressos, Porto Alegre/RS, 25 de setembro de 2019
- > I Fórum Internacional sobre violência contra a Mulher, Campo Grande (MS), 03 e 04 de outubro de 2019
- > II Simpósio Nacional em Socioeducação: desafios da prática socioeducativa na atualidade, Brasília/DF, 20 a 22 de novembro de 2019
- > Workshop de fortalecimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo no Brasil, Fortaleza/CE, 25 a 27 de novembro de 2019
- > III Conferência Estadual de Políticas Penitenciárias, São Luís/MA, 25 a 27 de novembro
- > 3ª Reunião Técnica do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 2019, Brasília/DF, 27 a 29 de novembro de 2019
- > Seminário Estadual de Alternativas Penais: Desafios e Possibilidades da Responsabilização em Liberdade, Belo Horizonte/MG, 4 e 5 de dezembro de 2019
- > Seminário de Justiça Restaurativa. Salvador/BA, 9 e 10 de dezembro de 2019

CONTATOS, PARCERIAS E REDES

O tamanho do desafio para as transformações necessárias no sistema penal e socioeducativo e o entendimento de que resultados sólidos e sustentados só podem ser alcançados com o engajamento em rede demandam constante diálogo com instituições e atores que atuam no tema penal e socioeducativo, tanto em escala nacional quanto em escala local.

O programa Justiça Presente dialoga com organismos internacionais, instituições públicas e privadas e do terceiro setor por entender que resultados sólidos e sustentados só podem ser alcançados com o engajamento em rede. Também mantém contato com instituições de educação e pesquisa, associações e entidades de classe, especialistas técnicos e coordenadores de projetos em temas relacionados ao sistema penal e socioeducativo.

As interações se desdobram em resultados diversos, como por exemplo parcerias para execução de atividades, consultas para aportes técnicos, diálogos no campo de pesquisa e monitoramento, ou ainda formação de redes e canais para articulação e diálogo entre atores.

Instituições e atores contatados em 2019:



*Dados de outubro de 2019

Parceiros/Apoio

O programa trabalha em parceria com as seguintes instituições em escala nacional:

Anadep – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Por meio do programa 'Defensoria Sem Fronteiras', garante a participação de defensores públicos no Mutirão Carcerário Eletrônico, iniciativa inédita do Justiça Presente.



APT – Associação para a Prevenção da Tortura

Atua na prevenção e no combate à tortura no sistema de justiça criminal, com incidência nas audiências de custódia e em outras iniciativas do programa.



Arpen – Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais

A associação atua para garantir à população privada de liberdade acesso à documentação básica para exercício da cidadania, como RG, CPF e Carteira de Trabalho.



CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

A parceria busca melhorar a execução penal, com foco na gestão da informação, integração de sistemas e aprimoramento de fluxos e políticas.



Condege – Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais

Por meio do programa Defensoria Sem Fronteiras, garante a participação de defensores públicos no Mutirão Carcerário Eletrônico, iniciativa inédita do Justiça Presente.





Crisp – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública)

Ligado à UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), coordena pesquisa nacional sobre monitoração eletrônica, que construirá dados qualitativos e parametrização para aplicação.



DPU – Defensoria Pública da União

Tem ações voltadas à garantia de direitos de pessoas privadas de liberdade, como nos projetos de mutirão, Defensoria Sem Fronteiras, Visita Virtual e atuação em casos de pessoas indígenas.



FAP-DF – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

A fundação ligada ao Governo do Distrito Federal coordena o desenvolvimento de aplicativo do Escritório Social, instrumento público que auxilia na reinserção social de pessoas egressas.



FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A entidade desenvolve ações para aprimorar os fluxos de trabalho e o diálogo entre o Poder Judiciário e instituições policiais.



Humanitas 360

A organização sem fins lucrativos desenvolve ações de geração de renda para pessoas em privação de liberdade e egressos, auxiliando no desenvolvimento de cooperativas.

Instituto Veredas

Junto à Fiocruz Brasília, apoia o desenvolvimento de estratégias sociais informadas por evidências, com respostas rápidas, sínteses e processos deliberativos sobre justiça criminal.



TCU – Tribunal de Contas da União

A Corte assinou termo de cooperação técnica para aprimoramento da fiscalização e gestão do sistema prisional e socioeducativo, a fim de reduzir a superpopulação e superlotação carcerária.



TSE – Tribunal Superior Eleitoral

A Corte firmou parceria com Justiça Presente para desenvolvimento de ações de identificação biométrica da população privada de liberdade e garantia de direitos e cidadania.



UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

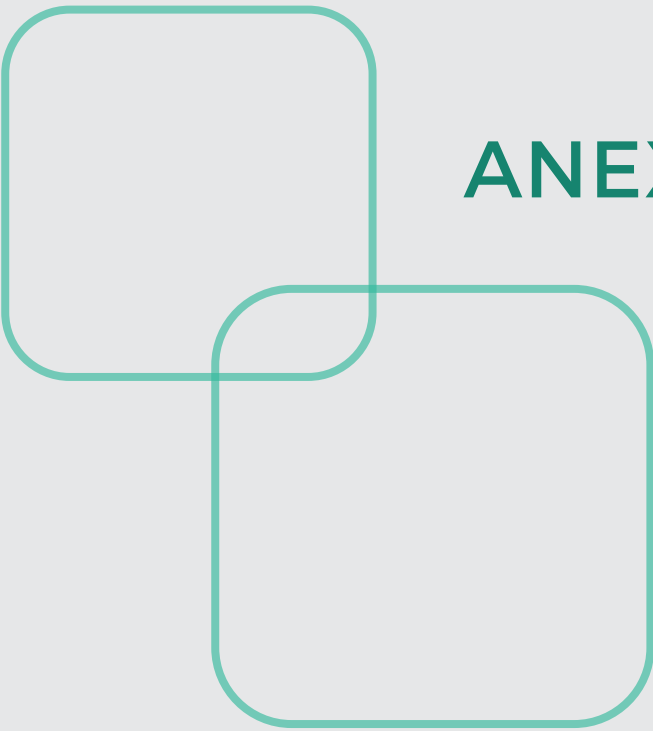
Atua em questões ligadas à audiência de custódia e coordena o trabalho dos 27 consultores alocados em todas as UF's, além de fornecer expertise em temas ligados a crimes e drogas.



UNV – UN Volunteers

O programa de voluntários das Nações Unidas atua na implantação de processos no SEEU e no atendimento a pessoas egressas nos mutirões carcerários digitais.





ANEXOS

ANEXO I

GLOSSÁRIO DE AÇÕES DO PROGRAMA

SEEU: plataforma integrada de execução penal adotada como política nacional pelo CNJ em 2016 a partir de sistema desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Paraná. O sistema permite acompanhar o andamento das penas, controlar os benefícios e progressões de regime e obter dados atualizados sobre o sistema prisional. O Justiça Presente atua na integração do SEEU com outros sistemas, além de desenvolver novas funcionalidades, realizar forças-tarefas para implantação e migração de processos de outros sistemas. Também atua na estruturação do modelo de governança do sistema.

Biometria: projeto de alcance nacional para identificação biométrica da população privada de liberdade com a finalidade de emissão de documentação civil para acesso à políticas de cidadania. Serão adquiridos cerca de quatro mil kits de coleta a serem distribuídos às 27 Unidades da Federação. Os dados estaduais a partir de coletas novas ou de metodologias já existentes serão integrados

à Base de Dados da Identificação Civil Nacional, mantida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Documentação civil: com objetivo de garantir o acesso à cidadania da população privada de liberdade e egressa do sistema prisional, o Justiça Presente firmou acordo com associação nacional para emissão gratuita de documentação civil. A partir dos dados biométricos coletados, serão emitidos, entre outros documentos, CPF, RG e Carteira de Trabalho, facilitando o encaminhamento para serviços de saúde, educação e inserção no mercado de trabalho.

Alternativas penais: o objetivo principal é ampliar e institucionalizar vias alternativas de responsabilização penal em substituição à privação de liberdade. Para tanto, serão realizadas ações para impulsionar a implantação de Centrais Integradas de Alternativas Penais; fortalecer as varas especializadas em alternativas penais; estruturação, formação e qualificação

de equipes multidisciplinares; melhor articulação entre os Poderes Judiciário e Executivo para alinhamento dos serviços. O programa também atua para viabilizar a construção de um sistema nacional para registrar, monitorar e avaliar as informações e dados nacionais sobre as pessoas em situação de alternativas penais.

Monitoração eletrônica: A monitoração eletrônica é um mecanismo de restrição da liberdade e de intervenção em conflitos e violências no âmbito da política penal. É executada por meios técnicos que permitem indicar a localização das pessoas monitoradas para controle e vigilância indireta, orientados para o desencarceramento. O objetivo principal do Programa é apoiar processos de qualificação da monitoração eletrônica no país com foco na implementação de serviços de acompanhamento por equipes multidisciplinares, maximizando o cumprimento da medida, ampliando a racionalização da porta de entrada e de saída no sistema prisional

e a manutenção da liberdade, sempre de modo subsidiário às alternativas penais. Para tanto, serão realizadas ações para normatizar a política judiciária de monitoração eletrônica, qualificar os serviços nas Centrais de Monitoração; estruturar, formar e qualificar servidores e equipes multidisciplinares; ampliar a articulação entre os Poderes Judiciário e Executivo para alinhamento dos serviços. O programa também atua para viabilizar a construção de um sistema nacional para registrar, monitorar e avaliar as informações e dados sobre as pessoas monitoradas eletronicamente.

Audiência de custódia: a partir da validação das audiências de custódia pelo Supremo Tribunal Federal em 2015, o CNJ vem trabalhando para a ampliação e consolidação do serviço no país. O Justiça Presente trabalha para que a apresentação do preso em flagrante a uma autoridade judiciária esteja em sintonia com diretrizes internacionais e boas práticas, para potencializar o atendimento por redes de proteção social e para prevenir e combater a tortura e maus tratos. Trabalha, ainda para fortalecer redes e formatos de repasse de conhecimento, assim como

para qualificar a obtenção de dados por meio de sistemas informatizados.

Escritório Social: iniciativa fomentada pelo CNJ desde 2016 que aposta na união entre poderes públicos e sociedade civil para oferecer atendimento qualificado à pessoas egressas do sistema prisional. De acordo com o modelo proposto pelo CNJ, que está sendo replicado pelo Justiça Presente em outras partes do país, uma equipe multidisciplinar realiza atendimento psicossocial das pessoas egressas e familiares, referenciando para a rede social de serviços, buscando a inclusão social das pessoas egressas nas diversas políticas públicas existentes. Encaminhamentos para qualificação profissional e capacitação, escolarização, saúde e assistência social são alguns dos exemplos, sempre em estrito acordo com as necessidades individuais. O programa também desenvolveu metodologias especiais para potencializar o efeito da política (singularização e mobilização de pré-egressos) e realiza processos formativos em âmbito nacional, além de trabalhar em parceria com atores locais para qualificar os serviços já existentes voltados à população egressa.

Uma versão on-line do equipamento com acesso por meio de aplicativo para celulares, o Escritório Social Virtual, também está sendo desenvolvida.

Políticas de cidadania: desenvolvimento de estratégias de atuação para políticas de cidadania destinada às pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional com foco em boas práticas, fomento ao controle e participação social e apoio na pactuação de parcerias estratégicas para implementação de ações nacionalmente. Entre as ações previstas no âmbito do Justiça Presente estão a criação de parâmetros para boas práticas, elaboração de resoluções sobre populações específicas privadas de liberdade, tais como população LGBTI, estrangeiros/migrantes, mulheres e pessoas negras, e elaboração de documento de referência para monitoramento e fiscalização de estabelecimentos prisionais.

Inserção produtiva: o Justiça Presente apoia tecnicamente a pactuação de parcerias para potencializar a escolarização, qualificação profissional e oferta de vagas de trabalho dentro de estabelecimentos de privação de liberdade, assim como a mobilização de

empregadores públicos e privados para contratação da população egressa do sistema prisional. Também está prevista a criação de linha temática junto ao Pacto Global do PNUD para capacitação e inserção no mercado de trabalho de mulheres egressas do sistema prisional, além da elaboração e disseminação de manuais, protocolos e normativas para gestão da política de trabalho das pessoas privadas de liberdade.

Mutirões carcerários eletrônicos: realizados a partir de processos informatizados em parceria com os Tribunais de Justiça que já implementaram o SEEU. Trata-se de uma atualização e modernização da metodologia dos mutirões carcerários por meio da pactuação prévia de teses jurídicas entre as instituições do Sistema de Justiça. Os processos das pessoas privadas de liberdade cadastrados no SEEU serão filtrados e cruzados com as teses jurídicas e normativas vigentes visando a concentração de esforços para a concessão tempestiva dos direitos porventura devidos. Essa metodologia contará com a articulação de fluxos e competências junto a políticas penais existentes nos estados (alternativas penais, monitoração eletrônica e ser-

viços de atenção às pessoas egressas), bem como à políticas de proteção social, visando promover atendimentos e o acompanhamento do público.

Central de vagas consiste no aperfeiçoamento e aplicação de metodologia para aperfeiçoar o controle da legalidade sobre a ocupação das vagas existentes no Sistema Prisional. Trata-se de buscar obter uma ocupação prisional taxativa (1 vaga/1 preso), considerando a excepcionalidade da privação de liberdade e garantindo-se o apoio e responsabilização dos(as) magistrados(as), de forma articulada com o Poder Executivo.

Práticas restaurativas: que visam fortalecer e/ou desenvolver Núcleos de Justiça Restaurativa nos Tribunais de Justiça para atuarem no Sistema de Justiça Criminal, Sistema Penitenciário e Socioeducativo, por meio de atividades de articulação, aplicação e sistematização de procedimentos restaurativos, como estratégia para atuar na resolução pacífica de conflitos, de forma a contribuir também para a redução da superlotação da população privada de liberdade no Brasil.

Parametrização para execução de políticas públicas em prisões: a partir de le-

vantamento de normas, atores e arranjos institucionais das políticas prisionais estaduais, bem como das normativas nacionais e referências internacionais, pretende-se elaborar um conjunto de parâmetros para a oferta das políticas públicas em ambientes prisionais, considerando os marcadores sociais das diferenças. O programa irá propor arranjos institucionais e protocolos de regulação para gestão e execução das políticas públicas, normatizando estes protocolos por meio da apresentação de resoluções e implementando ações de disseminação dos parâmetros junto aos atores relevantes das políticas penais. A parametrização, por seu turno, permitirá estabelecer critérios de identificação, reconhecimento e valorização das boas práticas em políticas penais.

Modelo de governança: considerando a diversidade de experiências advinda da implementação das ações do Justiça Presente nos 27 estados, e preservando sua abrangência nacional, desenvolver-se-á um modelo de governança que permita instituir mecanismos de sustentabilidade e continuidade das ações exitosas implementadas, tendo como bases de sustentação o fortalecimento

dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo e o fomento à participação e controle social sobre as políticas penais e socioeducativas.

Interlocução com as instituições policiais: O alcance sistêmico e sustentável dos propósitos do Justiça Presente requer um esforço institucional de articulação com as instituições policiais. São atores estruturantes cujas ações, planejamentos estratégicos, narrativas e crenças centrais têm desdobramentos imediatos junto aos sistemas prisional e socioeducativo, bem como nas demais políticas penais como alternativas penais, monitoração eletrônica e políticas de atenção às pessoas egressas. As ações buscarão criar e desenvolver

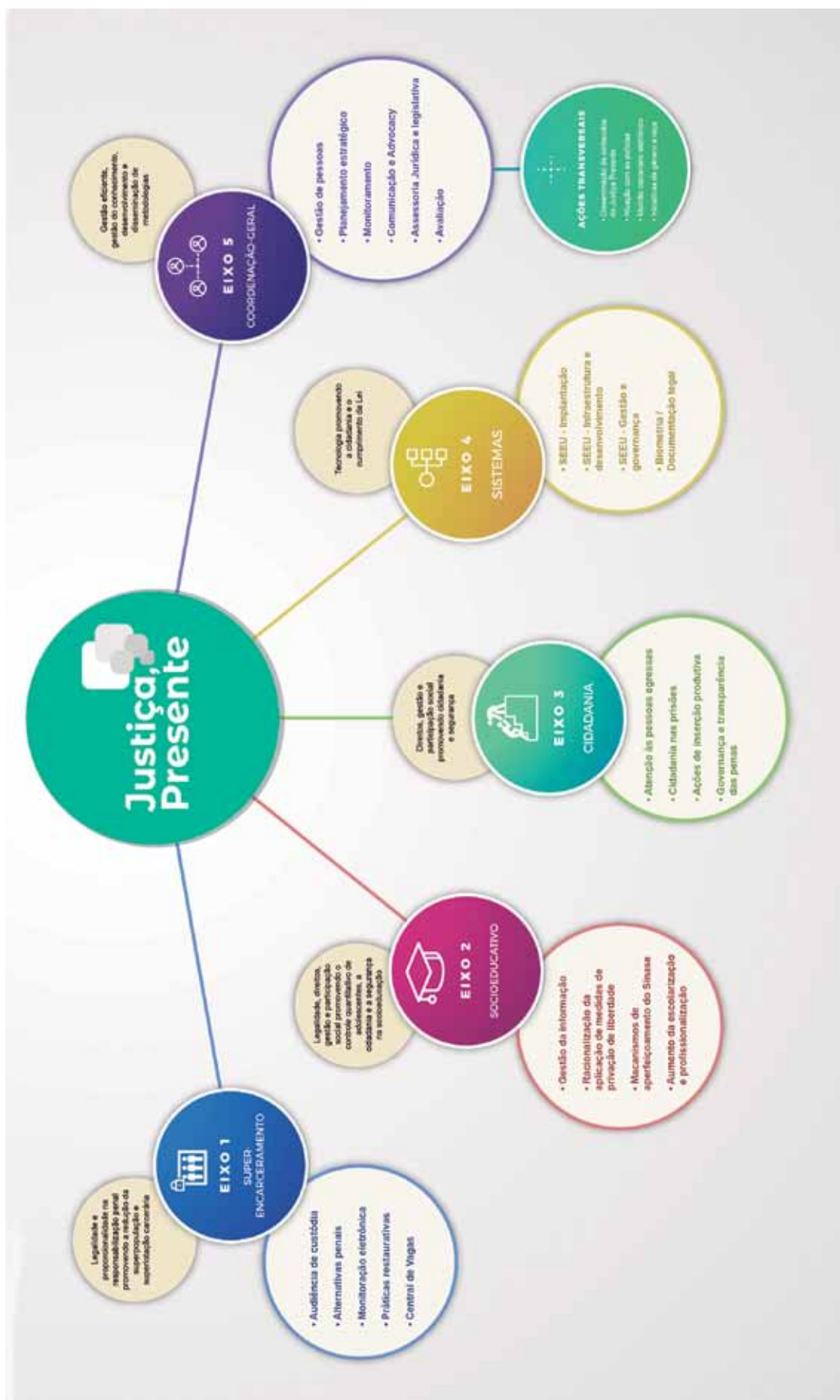
canais de diálogo, bem como desenhar estratégias de disseminação e documentação de procedimentos que ajudem a aperfeiçoar a articulação entre estes setores, a partir da escuta dos gestores e profissionais de segurança sobre gargalos institucionais e normativos que dizem respeito ao dia-a-dia dessa relação (com foco nas ações estruturantes do Justiça Presente) e que poderiam ser objeto de uma ação coordenada do CNJ e demais órgãos de Estado.

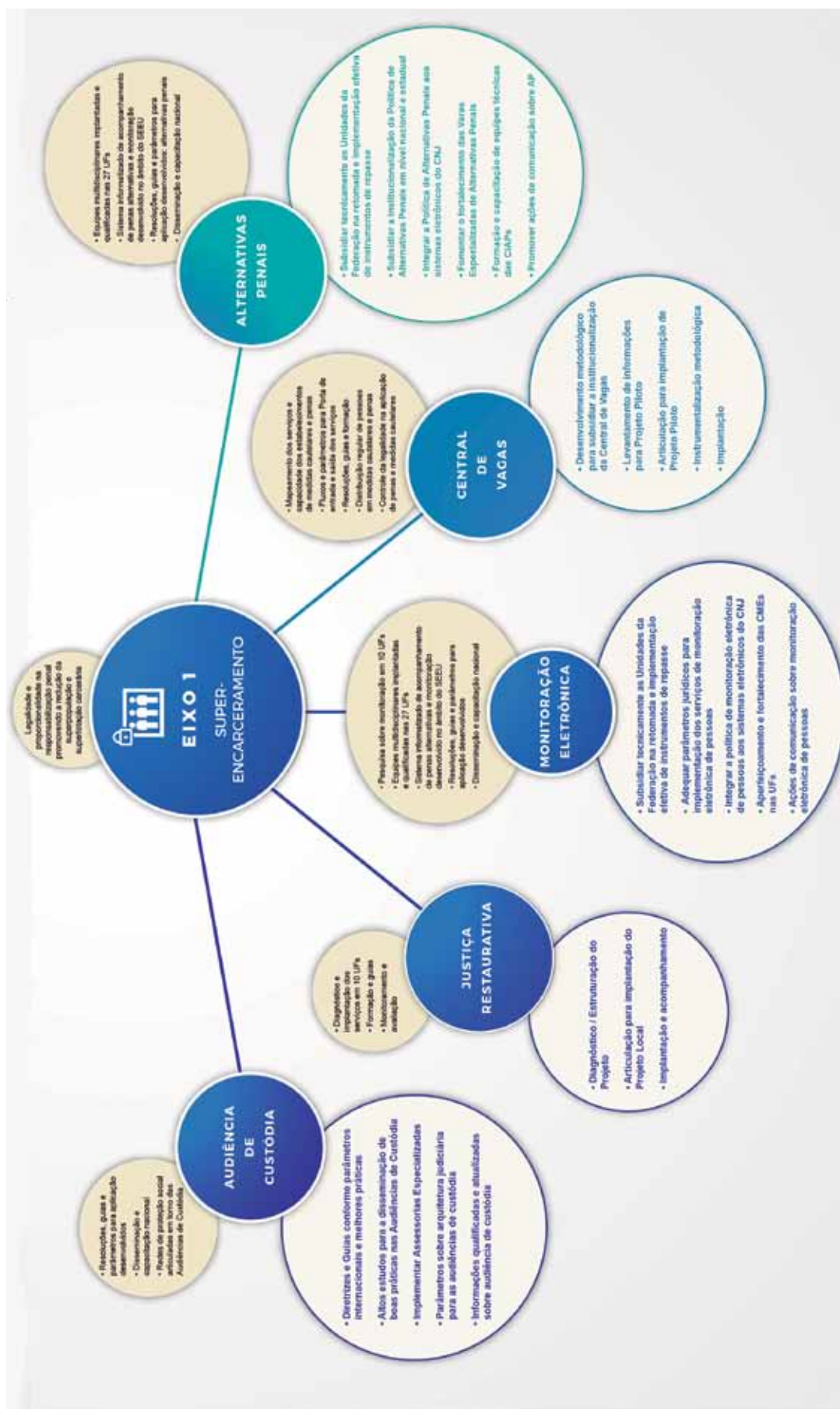
Socioeducativo: as ações do programa investirão em ações de atenção ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Para tanto, pretende-se desenvolver quatro estratégias específicas de trabalho, de acordo com as diretrizes estabele-

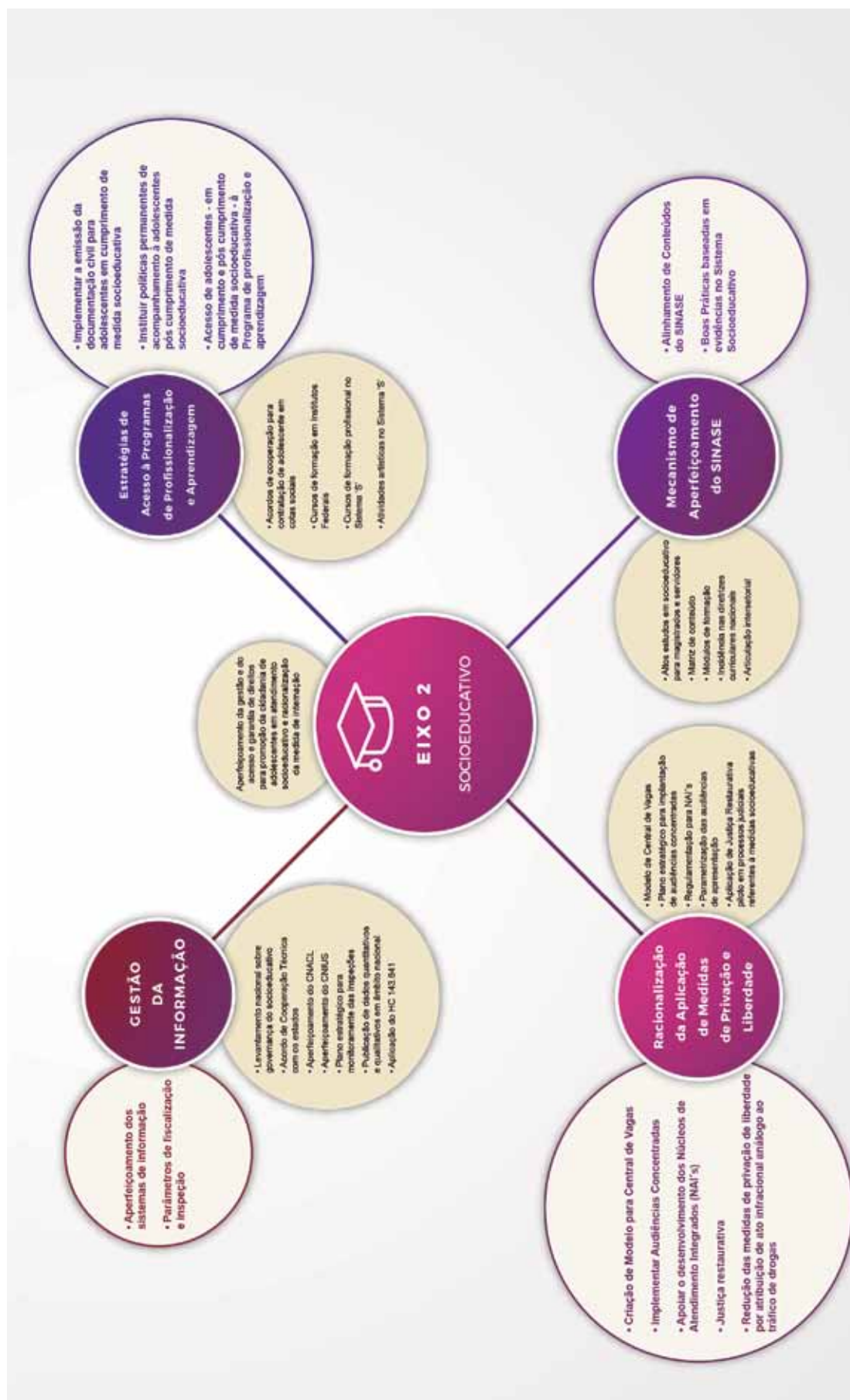
cidas nas normativas nacionais e internacionais, visando, sobretudo: (i) qualificar a gestão da informação para produção de dados e conhecimento acerca do sistema socioeducativo; (ii) racionalizar a aplicação de medidas de privação de liberdade, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); (iii) desenvolver mecanismos de aperfeiçoamento do SINASE, fomentando junto a magistrados(as) metodologias de atuação intersetorial da política de socioeducação e, finalmente, (iv) elaborar estratégias de aumento da escolarização e profissionalização, a fim de garantir direitos de adolescentes em cumprimento e pós-cumprimento de medidas socioeducativas.

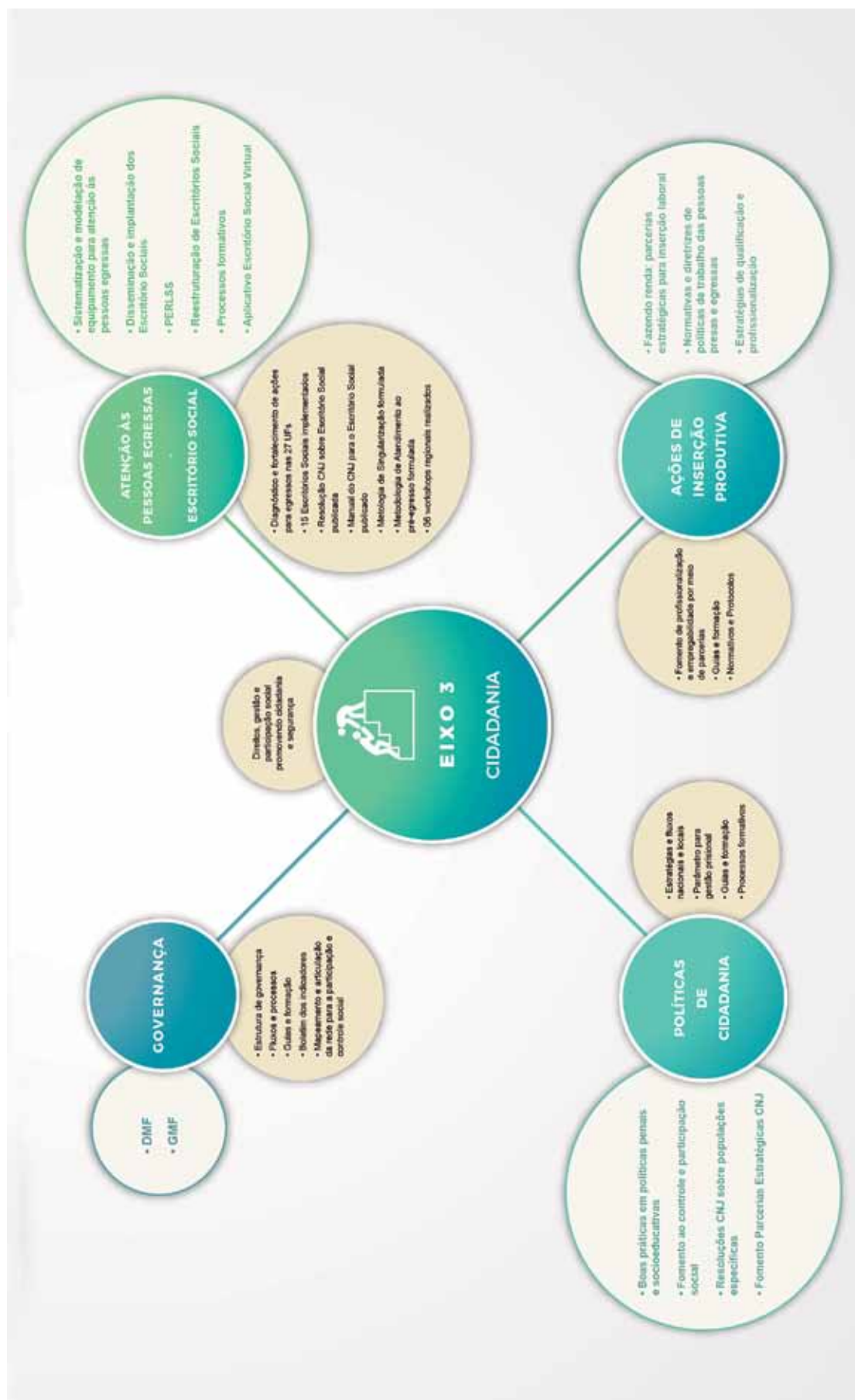
ANEXO 2

MAPA MENTAL DO PROGRAMA

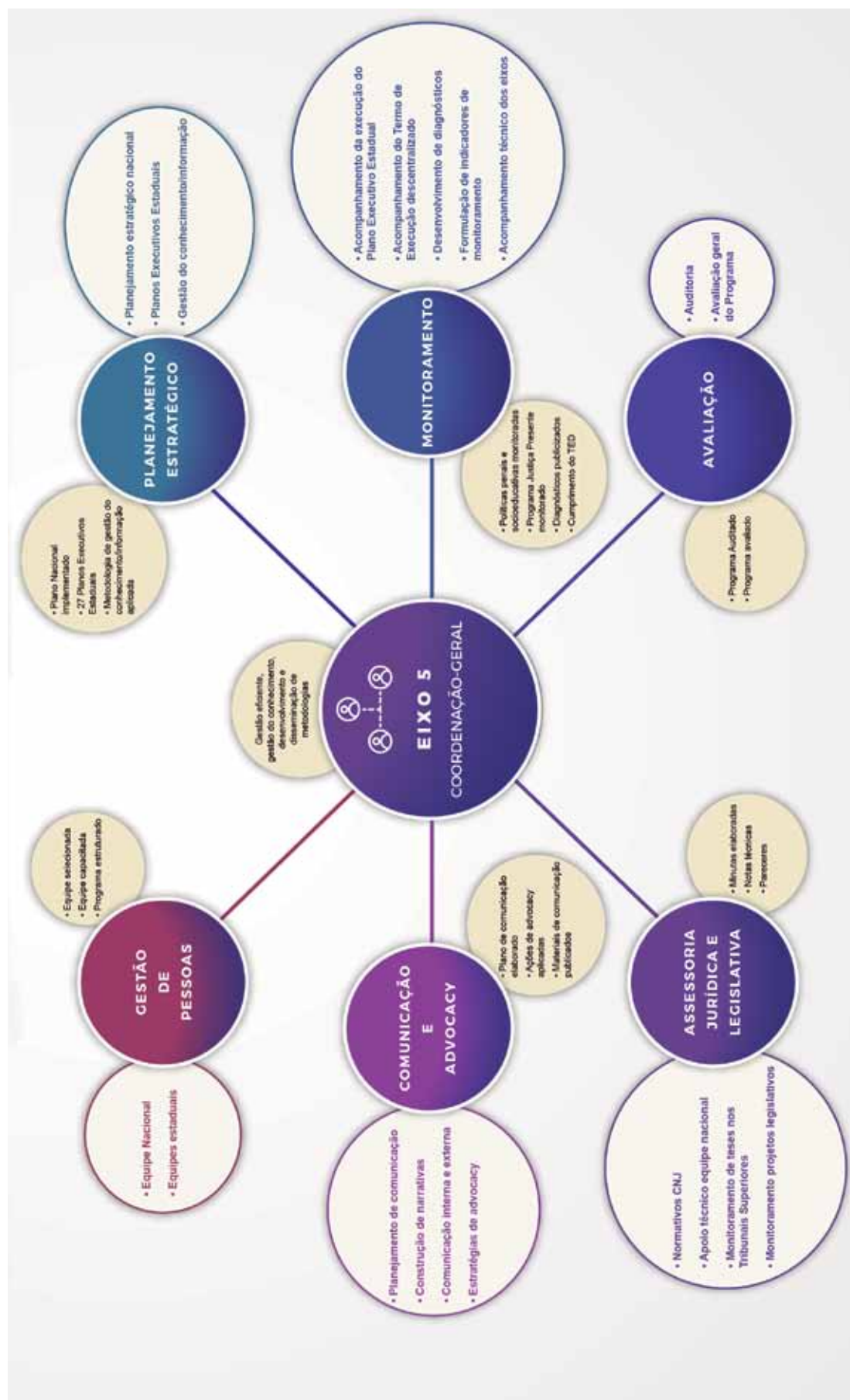


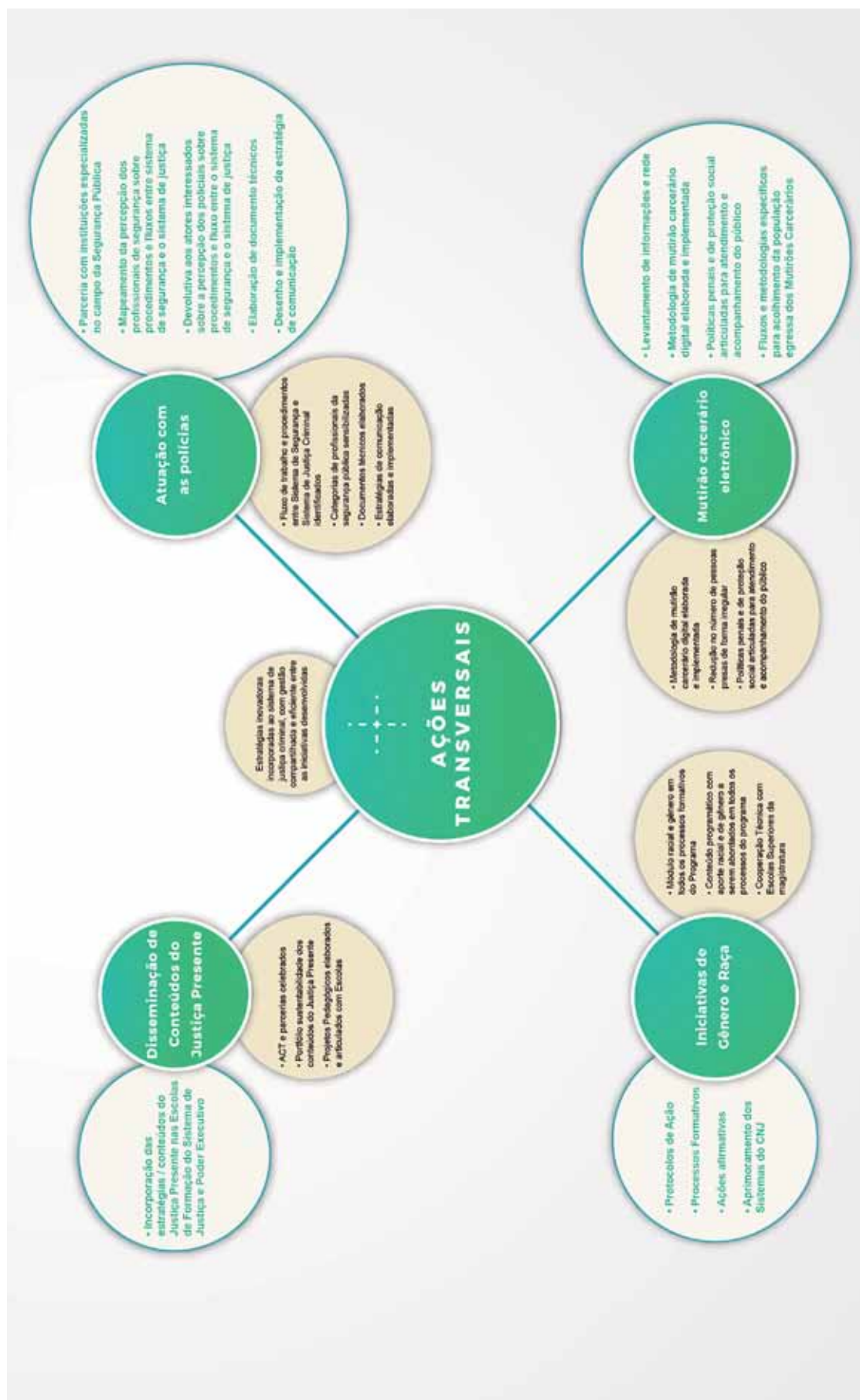












FICHA TÉCNICA JUSTIÇA PRESENTE

DMF/CNJ	
Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro	Conselheiro do CNJ e supervisor DMF
Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi	Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador DMF
Antonio Carlos de Castro Neves Tavares	Juiz Auxiliar da Presidência
Carlos Gustavo Vianna Direito	Juiz Auxiliar da Presidência
Victor Martins Pimenta	Diretor-executivo
Ricardo de Lins e Horta	Chefe de gabinete
Renata Chiarinelli Laurino	Supervisora
Melina Machado Miranda	Supervisora
Ane Ferrari Ramos Cajado	Assistente
Liana Lisboa Correia	Assistente
Gabriela de Angelis de Souza Penaloza	Assistente
Túlio Dantas	Assistente (DMF/CNJ)
Alexandre Padula Jannuzzi	Analista Judiciário
Bruno Gomes Faria	Analista Judiciário
Célia de Lima Viana Machado	Analista Judiciária
Jenner de Assis Moreira	Analista Judiciário (CNJ)
Larissa Lima de Matos	Analista Judiciário
Lucy Arakaki Felix Bertoni	Analista Judiciária (DMF/CNJ)
Wesley Oliveira Cavalcante	Analista Judiciário (CNJ)
Rossilany Marques Mota	Técnica Judiciária
Luiz Victor do Espírito Santo Silva	Técnico Judiciário
Karla Marcovecchio Pati	Revisora
Auristelia Sousa Paes Landino	Secretária
Danielle Trindade Torres	Secretária
Helen dos Santos Reis	Secretária
Joseane Soares da Costa Oliveira	Secretária
Sirlene Araujo da Rocha Souza	Secretária

Thaís Gomes Ferreira	Secretária
Emmanuel de Almeida Marques Santos	Secretário
Camilo Pinho da Silva	Recepcionista
Rennel Barbosa de Oliveira	Estagiário
Thiago Silva Rosa	Estagiário
Esthefany Caldas Borges	Estagiária
Karoline Alves Gomes	Estagiária
Luana Gonçalves Barreto	Estagiária
Rayssa Oliveira Santana	Estagiária

PNUD BRASIL

Moema Freire	Coordenadora Unidade Paz e Segurança
Gehysa Garcia	Gerente de projeto
Mayara Sena	Assistente de projeto
Poliana Alencar	Assistente de projeto
Fernanda Evangelista	Assistente de projeto
Jenieri Polacchini	Assistente de projeto

JUSTIÇA PRESENTE

COORDENAÇÃO-GERAL

Valdirene Daufemback	Coordenadora-geral
Talles Andrade de Souza	Coordenador-adjunto
Débora Zampier	Especialista em estratégias de comunicação e advocacy
Luana Natielle Basílio e Silva	Assessora sênior
Mário Henrique Ditticio	Assessor jurídico
Thaís Lemos Duarte	Analista de dados
Luciana da Silva Melo Melo	Coordenadora de equipes estaduais
Iuri de Castro Tôres	Assistente de comunicação e advocacy
Anália Fernandes de Barros	Secretária
Joana D'arc Café de Araújo	Secretária

EIXO 1 - Superencarceramento	
Fabiana de Lima Leite	Coordenadora
Rafael Barreto Souza	Coordenador-adjunto
Izabella Lacerda Pimenta	Especialista em monitoração eletrônica
André José da Silva Lima	Assistente de projetos estaduais

EIXO 2 - Socioeducativo	
Cláudio Augusto Vieira da Silva	Coordenador
Fernanda Machado Givisiez	Coordenadora-adjunta

EIXO 3 - Cidadania	
Felipe Athayde Lins de Melo	Coordenador
Pollyanna Bezerra Lima Alves	Coordenadora-adjunta
Sandra Regina Cabral de Andrade	Assistente de projeto

EIXO 4 – Sistemas e Identificação	
Alexander Cambraia N. Vaz	Coordenador do Eixo e do núcleo Governança e Gestão
Fernanda Calderaro Silva	Coordenadora-adjunta

EIXO 4 – Núcleo Biometria e Documentação	
Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito	Coordenador
Ana Teresa Iamarino	Assistente de projeto
Flávia Franco Silveira	Assistente de projeto
Roberto Marinho Amado	Assistente de projeto

EIXO 4 – Núcleo Desenvolvimento	
Hely Firmino de Sousa	Especialista em Tecnologia da Informação
Felipe Carolino Machado	Desenvolvedor front-end
Anderson Paradelas Figueiredo	Desenvolvedor back-end
Daniel Medeiros Rocha	Desenvolvedor back-end
Lino Comelli Júnior	Analista judiciário (TJPR)
Pablo Damasceno Rattes	Desenvolvedor back-end (TJPR)
Roger Araújo	Desenvolvedor back-end

EIXO 4 – Núcleo Implantação

Fernanda Calderaro Silva	Coordenadora
Karen Medeiros Chaves	Coordenadora UNV
Luiz Claudio Scudeller	Assistente de projeto
Rodrigo Cerdeira	Assistente de projeto

COORDENAÇÃO ESTADUAL

AC	Pâmela Villela
AL	Vânia Vicente
AP	Rogério Duarte Guedes
AM	Ricardo Peres da Costa
BA	Mayesse Silva Parizi
CE	Nadja Furtado Bortolotti
DF	Wellington Pantaleão
ES	Carlos José Pinheiro Teixeira
GO	Vanessa Rosa Bastos da Silva
MA	Cláudia Gouveia
MT	Natália Vilar Pinto Ribeiro
MS	Juliana Resende
MG	Lucas Pereira de Miranda
PA	Fernanda Almeida
PB	Ana Pereira
PR	Flávia Kroetz
PE	Marília Falcão Campos Cavalcanti
PI	Gabriela Lacerda
RJ	Paula Jardim
RN	Daniela Rodrigues
RS	Isabel Oliveira
RO	Arine Martins
RR	Gustavo Bernardes
SC	Christiane Freire
SP	Tania Pinc
SE	Isabela Rocha Tsuji Cunha
TO	Mariana Leiras

UNODC

Nívio Nascimento	Representante Interino, coordenador da Unidade de Estado de Direito e supervisor nacional
Marina Lacerda e Silva	Supervisora jurídica
Helena Fonseca Rodrigues	Supervisora de proteção social
Vinícius Assis Couto	Técnico em monitoramento e fiscalização
Daniela Faria	Assistente financeira
Ana Maria Cobucci	Assessora de representação e comunicação
Viviane Pereira Valadares	Assistente sênior de projetos
Pedro Lemos da Cruz	Assistente administrativo

UNODC - Consultoria em Audiência de Custódia

AC	Daniela Marques das Mercês Silva
AL	Rafael Silva West
AP	João Vitor Freitas Duarte Abreu
AM	Luanna Marley de Oliveira e Silva
BA	Jamile dos Santos Carvalho
CE	Acássio Pereira de Souza
DF	Carolina Costa Ferreira
ES	Luciane Mol Roberto
GO	Dayana Rosa Duarte Moraes
MA	Thayara Silva Castelo Branco
MT	Carolina Santos Pitanga de Azevedo
MS	Gabriela Guimarães Machado
MG	Ariane Gontijo Lopes
PA	Daniela Dora Eilberg
PB	Olímpio de Moraes Rocha
PR	Laís Gorski
PE	Manuela Abath Valença
PI	Regina Cláudia Barroso Cavalcante
RJ	Luciana Simas Chaves de Moraes
RN	João Paulo dos Santos Diogo
RS	Cristina Gross Villanova
RO	Luciano Nunes Ribeiro
RR	Cristina Leite Lopes Cardoso

SC	Luis Gustavo Cardoso
SP	Ana Carolina Guerra Alves Pekny
SE	Lucineia Rocha Oliveira
TO	César Gustavo Moraes Ramos

CONSULTORIAS

Felipe da Silva Freitas; Fernanda Lima; Leon de Souza Lobo Garcia; Maira Rocha Machado; Maria Palma Wolff; Suzann Flávia Cordeiro de Lima; Thais Regina Pavez

EX-COLABORADORES

Ana Claudia Camuri; Cecília Nunes Froemming; David Anthony G. Alves; João Marcos de Oliveira; Michele Duarte Silva; Noelle Resende

Força-tarefa de implantação do SEEU

Juízes Implantações

João Matos Júnior	AP
Gisele Souza Oliveira	ES
Graciela de Rezende Henriquez	ES
Barbara Nardy	MG
Consuelo Silveira Neto	MG
Evaldo Elias Penna Gavazza	MG
Albino Coimbra Neto	MS
José Vidal de Freitas Filho	PI
Oswaldo Soares Neto	PR
Fernanda Orsomarzo	PR
Liliane Graciele Britwischer	PR
Eduardo Lino	PR
Ana Carolina Bartolomei	PR
Renato Garcia	PR
Juliana Zanin	PR
Erika Barbiero Vieira	SC
Jordam Jardim	TO

SERVIDORES

Acacia Simone dos Santos Bitencourt; Adelson Armando Marques Anderson; Adria Lilian Miranda do Nascimento; Adriana da Silva Tavares; Aldhemir Johel da Silva Freitas; Ana Carolina Bartolomei; Ana Júlia Lopes; Ana Paula Brito Alves; Anderson Fernandes Vieira; Andrea Michele do Carmo Alves; Andressa Martins; Andressa Wolff Cordeiro; Anne Michelle de Freitas Travassos; Ariela Lima Andrade; Augusto Henrique G. F. de Andrade; Bruno Alves Apolinário; Bruno de Oliveira Fabres; Bruno Faustino de Jesus; Camila Patrício Ventura; Carla Mileipe Festa; Carlos Eduardo Minekawa; Carlos Eduardo Valoes Mazurek; Carolina Olveira Melo; Caroline Eire de Oliveira Queiroz Soares; Ciceane Estela do Carmo; Cinthya Calili Rezende Lima; Clarice de Fátima Bielen Wambier; Claudia Emilia F. G. M. Tosta; Claudia Fernandes Gonçalves; Claudia Rodrigues Chaves; Daniela Gonçalves Matias; Danielle Graça Recco; Danilo Vieira Santos; Danny Wadson de Souza Azulay; Débora A. Costa Lemos; Diane Vidigal Andrade Leite; Diego Kanoffre da Silveira; Diogo de Brito Garcia; Edson dos Santos Azevedo; Eli Luiz da Silva; Eliane da Silva Souza; Érika Barbiero Vieira; Evandro Gomes de Souza; Everton Fernandes Lopes; Fabiana Ribeiro Fagundes de Souza; Fabiane Tomé; Fabricio Ferreira Mendes; Felipe Antonioli Dantas; Felipe Gabriel Sotero e Andrade; Fernanda Carolina Hauenstein; Fernando Antônio Moscato; Fernando Garcia Algarte Filho; Flávio Moreira de Araújo; Gabriela de Oliveira; Gildeon da Costa Oliveira; Giovani Liberalesso; Gislene Sousa Salomão; Guilherme Goerck Confortim; Hícaro Augusto Bertolotti; Ingrid Yuri Meyer Noda; Jackson da Rocha; Jackson Mitsuro Yoshitomi; Jacqueline de Fátima Percegon; João Pedro Soares Silva; Jonatas Domingos Soares; Jonathan Buratto Barbosa; Jordan Jardim; Jordana Marcelle Fernandes de Oliveira; Juliana Alves Rodrigues; Juliane Senger Diniz; Kamilla Pereira; Karlila Priscilla Crestani Romanino; Klaus Ribeiro de Oliveira; Kleber Biaggi Ribeiro da Silva; Laura Cristina de Souza Leite; Layse Alves Coêlho; Leandro Machado de Miranda; Leila dos Santos Dias; Leonardo Seoldo Ferreira; Lino Comelli Júnior; Lissa Violeta de Carvalho Malta; Luciano Alves da Silva; Lucimara Aparecida Silva Antunes de Oliveira; Lucimara Oliveira; Lucio da Rosa da Silva; Madalena Castilho; Magda Rizza; Marcelo Pereira da Trindade; Marcio Barrim Bandeira; Márcio Caldeira da Cruz; Marcos Antônio Barbosa Pereira; Marcus Pinto Sobrosa; Maria Aparecida Borges de Azeredo; Maria Cleidejane da Silva Santos; Mariana de Mello Mendonça; Mariane Ribeiro Miranda; Marina Cortina; Marise de Freitas Rosa; Marlon Fábio Alves de Paula; Maurício Henriques Porciúncula; Meiri Angela Fernandes dos Reis; Michell de Araujo Andrade; Morgana Soares Borges; Natália Menezes Santos; Newton Cesar Likes; Pablo Ernesto Fonseca Neiva; Patricia Harumi Arai; Patrícia Prata de Velloso Vianna; Paulo Alexandre Verboski; Paulo Jeronimo Coelho Queiroz; Rafaela Dantas de Andrade Silveira; Raimundo Augusto Brito Pinheiro; Raquel de Naday Di Credde; Renato Werle Ribeiro; Renee Gomes de Souza; Rodrigo Barroso Cremonez Guimarães; Rodson Barcellos Ferreira; Rosangela Roberto dos Santos de Moura; Roselaine da Silva; Sara Elete Hamade; Sidnei Rodrigo Cozer; Suelen Aparecida Gonçalves Palaoro; Tatiana Abreu Miranda; Tatiana Liborio Nellessen Perestrelo; Vânia Alvez Ramos; Vanusa Maria dos Santos; Vitor Luís dos Santos; Walkey Werber da Silva Sousa; Wiliane da Silva Campos; Williane Carvalho Cardoso; Zaqueu José Ribeiro

VOLUNTÁRIOS UNV

Adriana Piumbini Vieira; Adriana Elisa de Alencar Macedo; Alan Fernando de Assunção Figueiredo da Silva; Alex Sandro Alves de Azeredo; Amanda Pacheco Santos; Amanda Victoria Queiroz de Souza; Ana Carolina Patrocínio Paes; Ana Carolina Pereira Teles; Ana Clara Ribeiro Prado; Ana Luísa de Assis Paulino; Ana Maria Melchior; Ana Paula Cardoso da Cruz; Ana Paula Soares Lopes; Anderson Galvani da Silva; Andréia Simmer Rosa; Anna Maria Dufau Silva; Aurivando Maciel da Costa; Betinna Senger Amaral; Bianca Cristina Silva de Oliveira; Bruna Fagundes; Bruna Paula Picolo; Bruno David da Silva; Bruno Martins de Azevedo; Bruno Tairan Cerqueira Deziderio; Caio Rhuan Gomes Guedes; Camila Schmitt; Carlos Augusto Valim; Carolina Fraga Limas; Carolina Gomes Siqueira; Cassandra Dall'Alba; Danielle Erica da Silva Laudino; Darlan Roque Peres; Débora Schneider; Diogo Ribeiro de Jesus; Douglas Martins; Eduardo Wagner Schaefer; Eleniel Júnior Nobre de Amorim; Eliandra Martins Leite; Elinês Pires dos Santos Gomes; Ethiane de Bona Moares Larsen; Eveline Marchese Alves Martins; Fabio de Oliveira da Silva; Felipe Augusto Almeida do Nascimento; Fernanda Costa dos Santos; Fernanda Francisco Visintin de Souza; Flávia Gomes Soares; Gabriel Bras da Silva Ayres Vieira; Gabriel da Silva Alves; Gabriel Mota Dinis; Gabriela Pantoja da Silva; Gabriela Pereira Siqueira; Gabriela Vouguinha; Giovanna Morbeck Arantes Rodrigues; Guilherme Sousa; Gustavo Honório Bardusco Oliveira; Gustavo Silva Dantas; Gutenberg Chaves Cezario; Haretuza de Paula Pereira; Helena Gaier Gudolle; Ioly Picolo da Silveira de Oliveira; Isaane Sodré de Oliveira dos Santos; Isabela Brun de Souza; Isadora Nunes Reichembach Florão; Jean de Albuquerque Bastos; Jéssica Cardozo Santiago; Jéssica Mercês Ferreira de Nascimento; Jhonatan Anfilofev Faria; Jilciene Silva dos Santos; João Henrique Miranda da Silva; Jordana Farias Pereira; Jordana Rebelo Mineu; José Henrique Cavalcante Silva; Júlia Ito Landers; Julia Moreira Santos; Juliana Tyemi Kato; Juliana Vilela Almeida; Julyana Raissa Silva Messias; Karina Andrade Fonseca; Karla Hatsue Hamakawa; Karolayne Evangelista Dupim; Karysta Dayane Vilela Folha; Kelve Mendonça Lima; Kenya Monica Nogueira; Ketully Oliveira Pacheco; Kimbelli Keisy Cavalcanti Eufrazio; Kimberly do Canto; Lara Hagen Schmertman Costa; Laura Eugênia Pinheiro; Layla Lorena Coneglian Januário; Layson Castro; Leandro Martins Souza; Leone Lima Cerqueira; Letícia Rocha de Oliveira; Leziree Rejane dos Inocentes Pereira; Lilia da Silva Theodoro; Lucas Lincon Ferreira Barbosa; Lucas Rodrigues Godoy; Luis Alberto Simões dos Santos; Luís Henrique da Costa Pedroso; Luiz Felipe da Silva do Espírito Santo; Luiza Alves Rolim; Luizélia Souza; Maiane Silva Gonçalves; Maiara Zanuzzo; Marcos Roberto Moura de Almeida Junior; Maria Edimara do Vale; Maria Júlia Palma de Ávila; Maria Luiza Leonel Mendes; Mariana D'Alberto Araújo; Mario Gessinger Viana de Oliveira; Marla Jossana Oliveira Castro Balbi; Martina Hummes Bitencourt; Melissa Scarlet Ribeiro Domingos; Messias Araújo da Silva Roman; Mirela Lovato da Silva; Mirrelle Stoltemberg Delbono; Natalia Palou; Nathália Targa Rodrigues Muniz Araujo; Nicolas Ricardo Lascano Zanelato; Oiara de Lemos Floôr; Olavo Pires de Campos Telles; Patricia Lourenço Armi; Pedro Felizardo Cunha; Pedro Henrique Emerick; Priscila de Freitas Malaguetta; Priscila Pereira Araujo; Priscila Silveira Prochinski; Rafael Gonçalves da Silva; Rafael Santos Cordeiro de Menezes; Rafael Tosqui Pereira; Rafaela Santana de Oliveira; Rafaela Stefanny Barbosa Neves; Raissa Catarina Lampert Feldmann; Raphael da Silva Freitas Oliveira; Rayanne Saturnino de Araújo; Rebeca Malaquias Neiva; Ronaldo Pozzobom; Rose Marie Botelho Azevedo Santana; Sâmella dos Santos Gois; Sheila Pereira Gomes; Taianan Soares da Silva; na Wenceslau Rocha;

Taluana Wenceslau Rocha; Tamara Gomes de Lima; Tayanne Patricia Alves Galeno; Thaís Rossito Ferraz Pinto; Thalita Golin; Thamara Larissa Alves; Thamyres Alice Souza da Silva; Thays Marcelle Raposo Pascoal; Thiago de Souza Batista; Thiago Reis De Oliveira Guimarães; Túlio Leonardo Salvino Silva; Valdeir Soares da Cruz; Valentina Fonseca da Luz; Victor Hugo Santos Nogueira; Victor Krug Masiero; Victoria Cardoso Amorim; Vitória Bonamigo Falavigna; Walquiria Flores da Silva; Wanderley Júnior Falvão da Silva; Weique Andrade Sousa

Justiça, Presente



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA